

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 16 de Setembro de 2021

Ata N.º 40

No dia dezasseis de Setembro de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e cinquenta e três minutos, no Cine Teatro São João em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

PONTO DOIS – Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação – PMIND Palmela|2021-2024.

PONTO TRÊS – Regulamento Municipal de Teleassistência.

PONTO QUATRO – Regulamento Municipal Serviços Abastecimento Água e saneamento Águas Residuais Urbanas.

PONTO CINCO – Alteração aos art.ºs 11º e 32º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Palmela.

PONTO SEIS – Espaços Canais da Variante ao Pinhal Novo e da Via Circular-Sul/Alternativa à EN379: Declaração de Caducidade; Alteração por adaptação e Anulação de anterior procedimento de alteração ao Plano Diretor Municipal.

PONTO SETE – Descentralização de competências para as freguesias – manutenção de competências na área de intervenção da Câmara Municipal.

PONTO OITO – Atribuição de licença de utilização privativa do domínio público municipal, em Pinhal Novo para a colocação de posto de carregamento para veículos elétricos inserido no projeto da ENA, EnerNetMob, no âmbito do Programa Interreg MED.

PONTO NOVE – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de investimentos candidatados ao «Portugal 2020» - Adjudicação.

PONTO DEZ – Procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes intermédios – designação de elementos a integrar os respetivos júris.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Luis Manuel Paciência Pato;
- Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Carlos Alberto das Neves Moço;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;

- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Carlos André Caetano da Silva;
- Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP)

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sr. Roberto José Lopes Cortegano.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM)

- Sra. Luz Bela Correia Veríssimo.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira;

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas.

Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP)

- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Rezinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro;

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires**, que se encontra presente.
- **Sra. Rute Isabel Morgado Trindade da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço**, que se encontra presente.
- **Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Luis Manuel Paciência Pato**, que se encontra presente.
- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD-CDS.PP**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Roberto José Lopes Cortegano**, que se encontra presente.
- **Sr. Pedro Miguel Paula Bui do PS**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos André Caetano da Silva**, que se encontra presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros o **Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires**, **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço**, **Sr. Luis Manuel Paciência Pato**, da CDU, o **Sr. Carlos André**

Caetano da Silva e o Sr. Roberto José Lopes Cortegano do PPD/PSD-CDS.PP que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que fica apensa à presente, foi empossado no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A Sra. Presidente da Mesa:

“Caros companheiros da Assembleia, boa noite a todos.

Já temos quórum eu peço desculpa pelo meu atraso, mas acho que estamos todos um bocadinho desabitado, desculpem o termo da presença em sala e obviamente do cumprimento do horário que isso implica. Agora então, de maneira mais formal, queria cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, as Sras. e os Srs. Vereadores, os técnicos da Câmara Municipal que nos acompanham, e dizer aos membros da Assembleia que, obviamente, julgo poder falar em nome de todos ao dizer que é um prazer, estarmos aqui hoje nesta sala, apesar de tudo e apesar das circunstâncias, isto é, apesar do tempo tão prolongado em que estivemos afastados e, apesar das circunstâncias, do conforto, era isto que eu queria dizer, do conforto do estar em casa é completamente diferente, reunirmos e sala, olhar uns para os outros, estarmos presentes e, posso dizer que todos esperamos que esta volte a ser a normalidade, acho que é bem mais agradável.

Nós hoje temos uma sessão ordinária, como sabem, teoricamente e a última sessão do nosso mandato eu digo teoricamente porque poderia haver sempre, hipoteticamente uma necessidade de uma reunião extraordinária não me parece que seja o caso e, portanto, não sendo assim, esta é, de facto, a última reunião do nosso mandato. Obviamente tem aqui uma carga, provavelmente emocional para todos mas falaremos disso se calhar mais para o final da sessão, até lá é uma sessão que sendo ordinária tem um período antes da ordem do dia, tem um período das discussões normais, tem o período dedicado ao público, um período antes da ordem do dia, e depois o período da ordem de trabalhos propriamente dita e, portanto, nós vamos dar início com a chamada habitual.”

Período de Intervenção dos Municípes

A Sra. Presidente da Mesa:

“Depois de feita a chamada vamos dar início à sessão, perguntou se algum senhor o munícipe presente que deseje intervir? Eu peço desculpa, mas não alcanço os rostos lá atrás e, portanto admitia que pudesse ser algum munícipe e, por isso faço a pergunta, para além de que continuamos a transmitir para quem está em casa a sessão, portanto, se houvesse alguma intervenção do público, era neste período que deveria ocorrer.

Não havendo intervenções, a Sra. Presidente da Mesa passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período Antes da Ordem do Dia

A Sra. Presidente da Mesa:

“Não havendo, vamos entrar então no período antes da ordem do dia, com apresentação imediata e eu gostava, mesmo começar por aqui, penso que todos compreenderão porquê, com a apresentação dos dois temas que nos foram previamente submetidos.

O primeiro deles é um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Jorge Sampaio, e o segundo, então uma saudação à Festa da Vindimas, ambos foram apresentados pelo Partido Socialista eu gostava de pedir então ao Partido Socialista que apresentasse o voto de pesar a Jorge Sampaio, isto é pelo falecimento de Jorge Sampaio, desculpem.”

Voto de Pesar PS “Jorge Sampaio”

Tomou a palavra o **Sr. Rui Manuel Marques Lourenço** para apresentar o Voto de Pesar, que ficará apensa à ata, e que foi admitido por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do BE e um do MIM).

Sobre a Moção foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente da Mesa:

“Muito Obrigada. Caras e caros membros da Assembleia ainda antes de entrarmos na discussão do voto, ou se quiserem a seguir, dependendo do que tiverem para dizer sobre isto, eu gostava de propor, que, nós, sem prejuízo de, alguma coisa, que alguém queira contribuir para o texto, que nós fizéssemos um minuto de silêncio em memória de Jorge Sampaio.

Foi efetuado um minuto de silêncio seguido de ovação.

Obrigada a todos.

Agora sim, vou dar a palavra ao PSD/CDS, Sr. Membro da Assembleia Colin Marques, por favor sobre o voto de pesar.

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

“Boa noite à mesa, na figura da Sra. Presidente, boa noite ao executivo na figura também do Sr. Presidente, restantes Vereadores, Membros desta Assembleia, público que, pelo menos nos está a ouvir diretamente pela Internet.

Naturalmente que a Coligação PSD/CDS irá se solidarizar com este voto de pesar de Jorge Sampaio.

Jorge Sampaio, é uma figura incontornável, da democracia portuguesa e até do pré democracia portuguesa, um político ainda faz um percurso político que começa durante a ditadura e se prolonga até ao século XXI e é indiscutivelmente uma das grandes figuras da História de Portugal do século XX, e que vai ficar na História de Portugal pela positiva, acho que isto é comum, é um político, não há pessoas, políticos perfeitos, não há pessoas perfeitas mas que se nós, tentássemos talvez aquilo que eu, no meu ponto de vista vejo como político, o mais parecido com um político perfeito, eu poderia dizer que Jorge Sampaio é sem dúvida, um desses políticos que se aproximam disto.

Dito isto, só lamento aqui uma pequena coisa, porque uma das coisas que caracterizou sempre Jorge Sampaio foi ser um homem culto e cosmopolita e um ávido leitor, quando olho para aqui vejo este voto de pesar que não faz referência e que devia ter feito que, no fundo, no fundo, não, é um “Copy Past” da Biografia de Jorge Sampaio que consta no próprio site, a única diferença que ainda está mais resumido, no próprio site do Jorge Sampaio.

Sinceramente, lamento que um homem como Jorge Sampaio da parte do Partido Socialista não tenha inspirado, de tanto que se escreveu, em tantos jornais, suplementos foram editados sobre a vida dele, enquanto homem, enquanto marido, enquanto pai e enquanto político, enquanto Presidente de Câmara, enquanto autarca poder local que chegou a publicar memórias sobre isso e havia tanta coisa interessante que se pudesse dizer, o Partido Socialista tivesse feito o mais simples, isto é, perdido cinco minutos a copiar um texto, quando podiam, ou seja um homem como Jorge Sampaio só fez com que vocês perdessem cinco minutos do vosso tempo para fazer aqui um voto de pesar nesta Assembleia, é só isto que tenho a dizer muito obrigada votaremos a favor.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Srs. Membros da Assembleia, mais alguma intervenção?”

Tenho um pedido de intervenção da bancada da CDU, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.”

O Sr. António Mestre da CDU:

“Sra. Presidente boa noite, na sua pessoa cumprimento todos os presentes nesta sala, Membros do Executivo, Sr. Presidente de Câmara, colegas Presidentes de Junta, Membros desta Assembleia.

Obviamente que a CDU partilha este voto de pesar, não posso deixar de registar aquilo que o Membro da Assembleia, Colin Mateus aqui disse, ontem o fizemos exatamente o mesmo reparo à mesma proposta que foi apresentada na Assembleia de Freguesia de Quinta do Anjo, é pena que noventa por cento sejam efetivamente uma súmula daquilo que está publicado, quer na biografia oficial, quer no site exatamente tirado do site da Universidade do Porto, não tem mal nenhum, tenho pena e a CDU tem pena que não se pudesse ter ido mais além e, daí os modestos contributos que possamos dar, e estes modestos contributos prendem-se também com aquilo que já foi dito ou o papel de Jorge Sampaio de humanista, mas essencialmente um autarca que consegue criar consensos, acho que isto para nós, em termos Poder Local numa Assembleia Municipal, numa Assembleia de Freguesia, num Órgão do Poder Local, devia ser efetivamente momento de destaque do papel de Jorge Sampaio, foi o homem que efetivamente mostrou a sua capacidade de tolerância, criação de pontes, criação de momentos de encontro e que o Partido Socialista devia estar contente por isso, conseguiu, por exemplo, a primeira viragem grande à esquerda na Câmara Municipal de Lisboa, foi construída nesse fazer de pontes, isso transmite aquilo que foi Jorge Sampaio a sua vida inteira e tenho pena que não fique registado neste voto de pesar este esforço que Jorge Sampaio sempre fez para ser um criador de consensos, no âmbito do Poder Local, mais do que aquilo que se é de política de urbanismo, se não é política de urbanismo que falamos de Jorge Sampaio, eu acho que aliado às suas características humanistas também a capacidade de criar consensos, devia ser registada muito obrigado, obviamente, votaremos a favor.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Mais alguma intervenção?”

Tem a palavra a bancada do Bloco de Esquerda, Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira.”

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

“Boa noite, Sra. Presidente na sua pessoa cumprimento todos e todas as presentes, cumprimento também e um especial cumprimento às pessoas que nos seguem a partir de casa, através das redes sociais e do youtube.

Sobre o voto de pesar pelo falecimento do ex-presidente Jorge Sampaio, eu solidarizo-me com este voto de pesar e a bancada do Bloco de Esquerda, hoje só representada por mim também e eu aqui deixo só uma nota no seguimento das duas intervenções que foram anteriormente feitas.

Eu realmente fico perplexo com aquilo que foi dito aqui hoje, quando não foi respeitado pelas forças políticas aqui presentes, que já fazem parte do quadro político nacional e democrático, desde o 25 de Abril, não fizeram o devido respeito pelo falecimento do ex-presidente Jorge Sampaio, eu lembro-me que o Bloco de Esquerda ainda antes de ser decretado pelo Governo de três dias de luto nacional suspendeu toda a atividade de campanha eleitoral nos dias seguintes e não vi o mesmo de forças políticas que estão aqui presentes na Assembleia Municipal, não vou nomear nenhuma, acho que todos sabem quem são e agora vejo estes reparos acerca do currículo que não foi dito, no voto de saudação, quando todos já ouvimos nos órgãos de comunicação social, tudo aquilo que o Dr. Jorge Sampaio fez ao longo da vida e enquanto Presidente, eu acho que é de uma hipocrisia, fazer esse tipo de observações.

Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada Sr. Membro da Assembleia.

Vou agora dar a palavra à bancada do PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Muito boa noite a todos. Na pessoa da Sra. Presidente desta Assembleia, cumprimento de toda a mesa, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara cumprimento todo o executivo da Câmara Municipal, cumprimento os demais autarcas aqui presentes, o público lá em casa, e eventualmente a comunicação social aqui presente, ou lá em casa e a quem assiste às nossas reuniões também em casa, bem como os funcionários desta Assembleia Municipal.

Efetivamente, solidarizamo-nos como já foi dito pelo Colin Marques, com este voto de pesar. No entanto, vou fazer algum reparo a alguma escrita. E está observação agora é para o Bloco de Esquerda: é uma liberdade que nos assiste por isso é que estamos em democracia, mas não vos chamamos hipócritas, porque Jorge Sampaio também não fazia parte dessa linha de linguagem de insulto aos outros e como tal ele deu um verdadeiro exemplo do que é ser um gentleman na política, coisa que nos tempos atuais em vários partidos está a deixar de existir, e da qual eu me orgulho de fazer parte dessa linha antiga. Para se terem posições diferentes, não precisa de se insultar os outros e isto é um lema que me assiste na vida. Fico contente com este voto de pesar, foi uma pessoa de esquerda, mas que reúne consensos e ainda ontem ouvia Lobo Xavier, num programa televisivo que dizia o mesmo, ser cordato e educado na política para mim é um lema e se me conhecem sabem que eu sou uma lutadora e como tal tenho moral para dizer isto.

Insurjo-me contra a política do insulto, pelo insulto, e isto abrange quer as pessoas de direita, quer as pessoas de esquerda. E na altura quando estávamos no Governo, alguns da esquerda nos insultavam, eu era contra esses insultos, assim como sou agora contra os insultos a pessoas de esquerda e, como tal, temos esta coerência, coisas que alguns moralistas de alguns partidos de esquerda não têm e que ainda terão muito que aprender em democracia.

Congratulamo-nos com este voto de pesar e votaremos favoravelmente, e é só.”

Sra. Presidente da Mesa:

“Srs. Membros da Assembleia, como é normal nestas coisas, enfim, peço que me assiste a prerrogativa de fechar este pequeno momento e a fechar este pequeno momento o que me ocorre dizer é o seguinte: não há aqui nada que esteja errado, não há aqui nada que esteja errado e depois nestas coisas a minha escola, por exemplo, é sempre a de construir, se há alguma coisa que nós temos a acrescentar, acrescentemos. Eu acrescento uma coisa, enfim, é muito particular no sentido que sou eu, que a coloco, mas diz respeito a Palmela, acho que diz respeito a todos nós e, portanto, eu acrescento uma coisa ao que aqui está, o Dr. Jorge Sampaio já não tenho a certeza se foi em dois mil e cinco se dois mil e seis, eu penso que foi em dois mil e cinco, o fim da sua presidência foi em dois mil e seis, o fim do nosso mandato foi dois mil e cinco, portanto, eu tenho aqui uma hesitação, mas talvez no início de dois mil e cinco, o Dr. Jorge Sampaio veio ao concelho de Palmela inaugurar a reabertura, porque foi uma grande ampliação de uma obra imensa, numa escola em Pinhal Novo, a Escola Zeca Afonso, passou a ter novas importantíssimas valências que, naquele tempo eram absolutamente inovadoras indispensáveis. Um parênteses para dizer que o Primeiro Ministro da altura, o então Eng.º José Sócrates, uma vez me chamou para dizer naquele modo como ele tinha: “Sra. Presidente o que é que se passa, como é que justifica que Palmela tenha uma cobertura de menos de vinte por cento de rede pública no pré-escolar”, nós fizemos um imenso esforço com candidaturas a fundos comunitários com investimento com capitais próprios da autarquia, naturalmente e como todos sabem não interessa isso agora, mas fizemos um excelente investimento nessa matéria, o então Presidente da República Dr. Jorge Sampaio veio inaugurar uma dessas grandes obras e teve um incidente, enfim, felizmente, na altura não foi grave, mas

foi um incidente na sua saúde, sentiu-se indisposto, portanto, esteve à beira de um desmaio quem acompanhou sabia, e sabe e, portanto, a visita acabou por ser ligeiramente encurtada, discretamente, encurtada, mais exatamente, ele fez tudo o que tinha a fazer, mas ligeiramente, discretamente encurtado, e depois até foi ali para um cafezinho da zona, de forma simples, descansar e beber uma água. Comentário do próprio várias vezes, não sei quantas vezes aconteceu, várias vezes sempre que me encontrava, "Oh Sra. Presidente, eu tenho uma imensa dívida para consigo! Oh Sr. Presidente mas porquê? É porque, naquele dia, que eu fui a Palmela com o objetivo de valorizar Palmela, e valorizar o vosso trabalho, aquele que era o seu dia, quer era a inauguração daquela belíssima escola passou a ser no contexto da comunicação o dia em que o Presidente da República teve um chelique". Eu acho isto notável, porque não é só o lado engraçado que a coisa tem, o lado, digamos, que de humor que a coisa tem, era a grande sensibilidade que aquela pessoa tinha para com toda a ironia, com toda a ironia, mas a grande sensibilidade para a importância da comunicação com as suas coisas boas, e com as suas coisas más e, portanto, sublinhou que aquele dia que era tão bonito e tão importante para Palmela e que era, digamos que, engrandecido do ponto de vista comunicacional pela presença do Presidente da República acabou por ficar tolhido, porque a grande notícia passou a ser a indisposição do Presidente da República. Isto, eram motivo de conversa entre nós, quando nos encontrávamos e eu acho, que a memória que tenho sempre, enfim, tive oportunidade de viver vários momentos no contexto desta vida autárquica com o Dr. Jorge Sampaio, mas esta é uma memória particularmente grata, porque acho que simboliza aquela personalidade, e é isso que acrescento a este momento e, portanto, gostaria que votássemos o voto de pesar que aqui está presente, já com as nossas declarações."

Submetido o Voto de Pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e um do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada Srs. Membros da Assembleia por este bocadinho e agora volto a dar palavra ao Partido Socialista para apresentar a saudação sobre as "Vindimas 2021"."

Saudação PS "Vindimas 2021"

Tomou a palavra o **Sr. Carlos André Caetano da Silva** para apresentar a Saudação, que ficará apenas à ata, e que foi admitido por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do BE e um do MIM).

Sobre a Saudação foram efectuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Srs. Membros da Assembleia sobre esta saudação? Intervenções?

Estamos todos de acordo?

Vamos votar."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e um do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

“Pergunto aos Srs. e às Sras. Membros da Assembleia, se há alguma, intervenção mais neste período antes da ordem do dia?”

Passamos a fase das moções e outros assuntos previamente agendados, intervenções? Ah, sim, portanto, tenho um pedido da bancada do PSD/CDS não sei quem é que pediu primeiro, muito bem tem a palavra o Sr. Membro da Assembleia Colin Marques.”

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

“Em nome da bancada do PSD/CDS, nós queríamos, portanto, fazer uma recomendação ao executivo da Câmara Municipal, para que dentro da possibilidade e dentro daquilo que for efetivamente interessante, esteja atento aos próximos dias, entre vinte e oito e trinta de setembro, porque realizar-se-á um leilão de mil e quinhentas peças da *“Coleção Conde da Póvoa da Quinta da Serra, de Dom Manuel de Souza e Holstein-Beck”*, esse leilão, portanto, compreende algum espólio daqui do concelho de Palmela, grande parte dele é religioso, tenho, portanto que a fábrica da Igreja de Azeitão, também procurará adquirir algumas obras, mas que queria salientar que trata-se de uma oportunidade e única para dotar a coleção permanente do Museu Municipal de Palmela de um significativo espólio artístico e histórico, cuja permanência no concelho muito valorizaria Palmela, agora que já se prevê a recuperação da Igreja de São João Batista, mais a Igreja de Santiago, acho que há aqui uma oportunidade, aquilo que foi veiculado pela comunicação social é que grande parte das peças que vão estar a leilão, vão estar a leilão a um preço bastante inferior àquele que é o seu real valor, portanto, podemos estar aqui perante uma oportunidade muito importante e a bancada do PSD/CDS gostaríamos que a Câmara de Palmela pudesse estar atenta ao leilão e, portanto, enriquecer todos nós, não vá parte dessas coleções irem parar a colecionadores privados, e até colecionadores privados estrangeiros que nunca mais, cairá no domínio público, muito obrigado.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Pergunto se há mais alguma intervenção para além da bancada do PSD/CDS, só para intercalar como é normal, não havendo então continuamos e dou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia Roberto Cortegano.”

O Sr. Roberto Cortegano do PPD/PSD.CDS-PP:

“Muito boa noite, Sra. Presidente, restantes Membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, restantes Membros do Executivo, a comunicação social e restante público aqui presente e que nos acompanha também casa.

Venho apenas rapidamente comunicar aqui uma situação que me foi transmitida por um munícipe, mais concretamente da Rua 9 de Março, em Cajados, em que houve uma dificuldade mesmo lá entre os vizinhos por causa do contentor do lixo, existia um contentor dos grandes, daqueles mil litros e três ecopontos. Sei que houve na rua algumas divergências entre os vizinhos, chegou até penso pelo que me foi dito, comunicado à GNR e que teve que intervir. E segundo sei a decisão da Câmara durante alguns dias foi retirar o contentor e os três ecopontos sendo que agora passado algum tempo alguns dias, pelo que sei a solução foi colocar dois contentores mas daqueles mais pequenos de duzentos e quarenta litros, o que é manifestamente insuficiente para a população que vive naquela zona, para além de terem perdido os ecopontos, penso que poderia talvez encontrar outra solução diferente.

E só obrigado.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Mais alguma intervenção Srs. Membros da Assembleia?

Tem a palavra novamente a bancada do PSD/CDS, se não houver outros pedidos, Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Neste último dia que supostamente é a última sessão da Assembleia Municipal de Palmela, partimos alguns de nós, outros ficarão, mas parto com a consciência tranquila de termos dado aqui alguns contributos enquanto oposição sem ter a necessidade de insultar ninguém, como já referi há pouco. Nesse sentido, continuamos aqui até ao último dia a fazer alguns reparos, alguns já dirigi para a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e há pouco a falar com o Sr. Presidente de Junta ter-me-á dito que irá resolver, mas houve um que eu, por acaso vi hoje que fui beber um café perto da rotunda do Ovelheiro e deparei-me, se calhar, já passei lá várias vezes e não notei que na Rua Comandante Jorge Mares, aquilo está um perfeito “matagal” e como tal pedia a limpeza urgente dos espaços verdes. As ervas voltaram a proliferar e com a disponibilidade da Câmara através dos acordos de execução de poderem contratar mais trabalhadores, terá que ser feito agora um incremento de limpeza, novamente, uma vez que a aplicação de herbicida é escassa.

Relativamente à plataforma “HUB 10” cujas obras não posso deixar de lamentar ainda não terem começado. Mas uma vez decorridos estes meses, o Sr. Presidente na última Assembleia disse que estava a ser feito o projeto, gostava de saber como é que está este assunto.

Também gostaríamos de obter resposta às nossas solicitações feitas salvo erro em maio ou junho de dois mil e vinte e um, não me recordo bem, nomeadamente para o Departamento de Urbanismo e que ainda aguardamos resposta. Recebemos efetivamente antes da última Assembleia, uma comunicação do Sr. Presidente, do Gabinete de Apoio a dizer que tinha sido remetido para os respetivos departamentos, mas ainda aguardamos “sentados” essas respostas. Esperamos obtê-las ainda antes do fim do mandato.

Relativamente a outras obras que ainda não começaram ou que estarão a começar, queríamos aqui também deixar a recomendação para o Executivo ou este ou o próximo, olhar para o aspeto exterior da Casa Mãe Rota dos Vinhos, que realmente num centro onde até se faz a festa das vindimas está em estado de pintura deplorável.

Gostávamos também de perguntar se a Câmara já sabe alguma coisa do que vai suceder ao antigo edifício da “Socar” e por último quero aqui frisar que algumas das nossas recomendações ao longo dos anos, foram aceites, incorporadas no trabalho e nas obras municipais. A última das quais, se bem me lembro até na aquisição do antigo edifício do Pinhalnovense. Não vimos evoluir a nossa sugestão relativamente ao Cine teatro de Cabanas e continuamos a lutar por isso, bem como ao reerguer do Pavilhão Desportivo do Quintajense. Temos fé, eu que sou uma mulher de fé e de esperança, que ainda consigamos, já que não conseguimos nestes oito anos de mandato, nos próximos mandatos consiga ser feito até talvez através de alguns fundos comunitários, ou com a bazuca que aí vem, ou de qualquer outra maneira. Esperemos que isso venha a ser feito.

Haveria mais coisas para dizer, mas, para já, direi ainda que na reposição de calçadas também aguardamos alguns trabalhos e diria aqui ao Sr. Presidente da Junta de Quinta do Anjo, que no Poço Novo, está há quatro meses, deve de ter sido um acidente ou qualquer coisa. Na curva a reposição está para ser feita, além de outras. Sabemos que o trabalho nunca acaba, mas temos fé e vontade de que o trabalho prossiga e cá continuaremos uns nesta Assembleia, outros fora a tecer os nossos comentários e a apresentar as nossas sugestões.

Obrigada.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada Sra. Membro da Assembleia.

Mais alguma intervenção?

Não havendo, vamos continuar, não sei se o Sr. Presidente da Câmara quer acrescentar alguma coisa nesta fase, quer guardar para a o período da sua intervenção?”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Se entender esclarecia já estes aspetos telegraficamente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Sim, sim, muito bem, não havendo outras intervenções alias Sr. Presidente da Câmara se quiser, pode esclarecer já estas questões.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Sra. Presidente permita-me que comece por saudar V.Exa., restantes Membros da Mesa da Assembleia, as Sras. e os Srs. Vereadores, as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia, assim como as trabalhadoras e os trabalhadores do município e os municípios que nos acompanham aqui, ou através da transmissão via internet. A todas e a todos saudações e votos de uma boa noite.

Sobre as questões suscitadas, nomeadamente a questão do leilão por parte do Senhor Membro da Assembleia Colin Marques, recordar que o município após a realização do ato eleitoral tem as suas competências altamente limitadas e quem fica em funções apenas pode exercer atos de gestão corrente e, portanto, nessa data nunca poderia não só por inexistência de orçamento e rubricas, mas também por imposição legal proceder a aquisições desta natureza, é apenas atos de gestão correntes que estão definidos, e aliás, até já saiu um despacho sobre essa matéria, porque nesse período até à tomada de posse não poderá haver outro tipo de aquisições, adjudicações, por aí fora, fica este esclarecimento.

Sobre a questão da Rua 9 de Março, Sr. Membro da Assembleia Roberto Cortegano, não conheço a retirada de ecopontos, conheci através das redes sociais uma contenda entre vizinhos acerca da localização dos contentores de resíduos sólidos urbanos de oitocentos litros, que estavam ora num local, ou eram afastados para outro local e foi, de facto, uma contenda feia que levou inclusivamente à chamada dos elementos da autoridade. Os nossos serviços procuraram levar as pessoas a consenso quanto à localização, não tendo sido possível, e para evitar mais desacatos entenderam algumas das famílias atribuir contentores de oitenta litros individuais que são colocados no dia da recolha, no local, onde estavam dantes os outros e recolhidos pelas viaturas e pelos nossos funcionários e penso que a situação ficou resolvida, se efetivamente havia lá alguns ecopontos ou não, vamos procurar perceber o assunto também com a nossa Presidente da União de Freguesias deve conhecer bem o local e procuraremos ver com os nossos serviços.

Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, duas ou três notas são claramente de competências delegadas na Junta de Freguesia, o Sr. Presidente da Junta obviamente, conhece o local e estará atento a estas questões.

O “HUB 10” com efeito no final do mês de julho, penso que, na última reunião de Câmara a forma de evitarmos um problema com uma escritura e com a ausência do visto do Tribunal de Contas por causa da existência e da vontade do particular em fazer esse ato, levou-nos a fazer uma pequena alteração ao projeto e, após alteração ao projeto no início do mês de agosto tivemos o visto do Tribunal de Contas. A obra foi consignada no final do mês e o prazo está a contar. Durante a semana passada empresa já esteve no local, sinalizou terreno para a colocação do estaleiro e informaram que esta semana, pelo menos, as placas já lá estavam, eu não tive a oportunidade de ir para aquele local, para saber se as placas estão colocadas ou não. Não sei se a nossa Diretora de Departamento, mas foi ela que me transmitiu que as placas estariam colocadas, mas, creio que dentro destas últimas duas semanas já terá havido desenvolvimento, mas arrancará muito em breve.

Quanto às solicitações, que V. Exa., apresentou houve de facto, múltiplas e diversificadas respostas, outras questões que solicitou que são questões e volto a dizer também, pus isso no mail que enviei a V.Exa. nós precisamos de precisar alguns aspetos, que passo aqui o pleonasma. Os levantamentos que a Sra. mandou fazer, e vamos aqui ser frontais e rigorosos, levariam à paragem completa dos serviços, só para fazerem levantamentos dos processos todos, de Palmela Village, etc., quer dizer isso é impossível Sra. Membro da

Assembleia, isso demora obviamente muito tempo, sendo que a Sra. Membro da Assembleia quando entender, pode ter acesso aos processos que entender, agora esse trabalho é um trabalho moroso e, por isso é que não foi respondido atempadamente, mas nós também solicitámos que precisasse alguns desses aspetos e responderemos, obviamente a tudo como sempre foi apanágio do meu Gabinete e dos nossos serviços. Anotamos esta necessidade de pintura Casa Mãe Rota dos Vinhos, veremos isso com a Associação, o Edifício da Socar, não temos conhecimento de qualquer movimentação para aquele local.

Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Sras. e Srs. Membros da Assembleia, penso que não havendo outras questões neste período antes da ordem do dia, vamos encerrá-lo e eu submetia então à vossa consideração antes de passarmos a ordem de trabalhos propriamente dita, a apreciação das atas que nós temos para votar, ata número trinta e oito e a ata número trinta e nove.

Pergunto se há questões?

Se forem de pormenor, sugiro que enviem, alguma questão mais substancial que queiram submeter?

A Ata número trinta e oito, de nove de junho de dois mil e vinte e um, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e um do BE).

A Ata número trinta e nove, de vinte e oito de junho de dois mil e vinte, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e um do BE).

Período da Ordem do Dia

A Sra. Presidente da Mesa:

“Vamos entrar na ordem de trabalhos e convido o Sr. Presidente da Câmara à apresentação do primeiro ponto, a informação sobre a Atividade Municipal.”

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Sr. Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sra. Presidente.

Como habitualmente, o relatório diz respeito a dois meses, junho e julho, não conseguimos atempadamente fazer o relatório até trinta e um de agosto, mas este período ficou caracterizado como é possível verificar, por uma intensa atividade não obstante as restrições e os condicionalismos e constrangimentos do momento pandémico que vivemos também nos últimos meses.

O ritmo de trabalho designadamente no Centro de Vacinação, foi muito intensificado em crescendo, para se procurar corresponder às diretrizes nacionais do Plano de Vacinação, houve um enorme esforço das equipas municipais ao assegurarem organização e a logística, na segurança, no conforto à operação, monitorização permanente da situação junto dos públicos particularmente vulneráveis, deslocações e vacinação em lares, serviço de apoio domiciliário, enfim, foi, de facto, um esforço que consideramos muito bem sucedido num momento em que já foi anunciado o encerramento do Centro a partir de dia dezanove.

Também a Unidade Móvel de Saúde esteve a funcionar, sobretudo afeta à realização das ações de rastreio com a aplicação de testes rápidos, dado que o projeto assinado com a ARSLVT, por falta de recursos da mesma, não está ainda em condições de ir para o terreno que, aliás, são notórios os problemas de funcionamento das extensões de saúde, aguardemos o regresso dos profissionais de saúde às extensões e aos Centros de Saúde, depois da vacinação abrandar, embora venha aí um novo período de vacinação da gripe em que o município também está preparado para dar apoio logístico e até financeiro no caso do protocolo com as farmácias para a vacinação dos idosos, mas a Unidade Móvel teve, de facto, sobretudo afeta a estas ações de rastreio e passou por vários pontos do concelho.

Internamente, várias questões de pessoal com muitas questões de mobilidade, concursos a decorrer, houve a conclusão do processo de Avaliação de Desempenho referente a dois mil e dezanove/dois mil e vinte que é uma questão que dá sempre imenso trabalho.

Depois das obras em curso se destacaria as obras dos Paços do Concelho, o antigo Quartel da GNR, onde está a ser construído o Centro de Investigação do Património Cultural, também obras não sei se passam despercebidas ou não, mas foram intensas na Biblioteca Municipal de Pinhal Novo, desde o sistema de drenagem de águas residuais, aos vãos, às pinturas, o Polo da Quinta do Anjo da Biblioteca e do Atendimento municipal que também tem estado a receber melhorias.

Depois, este período ficou marcado também pelo conjunto de procedimentos, tendo em vista o reforço da frota de viaturas e máquinas, destaco aqui a aquisição de um veículo de recolha de resíduos sólidos urbanos já adjudicado e de um veículo de apoio veterinário e recolha animal para o CROA também já adjudicado, mas foi também preparado o concurso para aquisição de cinco viaturas de nove lugares para transportes escolares, que estavam também a aguardar a entrega agora, e uma proposta também de aquisição de três veículos de recolha para o projeto dos bioresíduos na sequência da nossa candidatura.

Na participação internamente votação, "Eu Participo!" trabalhadores votação dos projetos na "Caixa de Ideias" Semanas das Freguesias de Palmela e Poceirão, III Encontro de Associações de Moradores do Concelho, o Plano Municipal de Promoção da Participação Infantil, teve muitas ações concretizadas, que demonstram o alcance do trabalho que até começa a sair das escolas para interagir com a comunidade, através de ações de divulgação, debate, solidariedade e defesa do ambiente.

Na área da Educação, muitas obras de dimensão diversificada, conclusão e beneficiação do logradouro e substituição dos Espaços de Jogo e Recreio do pré-escolar da Zeca Afonso, em Pinhal Novo, também a remodelação da cozinha Básica de Lagoa da Palha, também foram adjudicados neste período o Espaço de Jogo e Recreio da EB António Santos Jorge, que ainda não está montado por problemas de entrega do equipamento, que ainda por cima, é um equipamento que é importado e do Espaço de Jogo e Recreio do pré-escolar da Básica do Bairro Alentejano, bem como dos trabalhos de conservação do interior e reabilitação da cobertura da Básica José Saramago do Poceirão.

Continuamos também a investir no apetrechamento geral das escolas e neste período, mesmo de fim de ano foi notório o investimento em mobiliário e material didático para os Jardins de Infância. De destacar ainda a sessão de apresentação do Projeto para o Pavilhão Desportivo à Direção, à Assembleia de Escola, à Comunidade Associativa de Palmela, e ao seu Corpo Docente, projeto este, que, foi sendo acompanhado por estes parceiros deste estudo prévio até à sua conclusão, e que está neste momento, aprovado por todas as entidades e esperamos ter nos próximos dias, o protocolo assinado com a Sra. Secretária de Estado.

O encerramento da "27ª edição do Fantasiarte", também queria destacar durante as férias escolares, mantivermos o fornecimento de refeições a crianças e alunas/os beneficiárias/os de Ação Social Escolar identificadas pelos agrupamentos e na preparação para o próximo ano letivo o município e depois quem deve aprovar que o parecer favorável do Conselho Municipal de Educação aprovou, por exemplo, o Plano de Transportes Escolares que abrangerá mil quatrocentos e noventa e um alunas/os e que representa um investimento de setecentos e trinta e um mil euros.

O Dia Mundial da Criança, já foi possível voltar a realizar o programa "Família Ativa, Criança Saudável", ao ar livre, com muita animação, quatrocentos e cinquenta crianças e acompanhantes, mas também houve lugar a circo, a oferta de narizes vermelhos e a oferta do jogo Green Science a todas as crianças do pré-escolar e alunos do 1º Ciclo.

"*Férias a Crescer*", do Museu Municipal, os "Jovens no Verão" foram propostas do Município para ocupação saudável de tempos, livres de crianças e jovens, durante as férias escolares.

No domínio da Saúde o Município associou-se à campanha nacional de promoção da saúde mental "Vamos Falar, porque há conversas que devemos ter", aliás todas as sextas-feiras está decorrer uma iniciativa desta natureza, é uma parceria com a Associação de Psicologia e Desenvolvimento Comunitário, e foi também um período em que muito felizes lográmos contratualizar com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, o compromisso para a construção de uma nova Unidade de Saúde Familiar em Quinta do Anjo.

A abertura da Pista Check-Up de Quinta do Anjo, uma colaboração do Município com a Junta de Freguesia respetiva e o Clube Portais da Arrábida, foi feita a abertura, a experimentação do circuito e tem estado a funcionar e em breve vários grupos, organizados, irão fazer aquele percurso. Integra-se no "*PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa*", que integra muitas outras atividades dirigidas às pessoas de idade maior e num progressivo desconfinamento foi possível desenvolver ações muito importantes de literacia em tecnologias de informação e comunicação, comemorar o dia dos avós, e o início do projeto respira ar livre, para além de algumas visitas à praia, mas este projeto respira ar livre com a Motricidade ao ar livre foi particularmente importante para garantir o exercício físico aos maiores de cinquenta e cinco anos em todas as freguesias.

Quería aqui também destacar que, em junho foi também o mês, onde procedemos à distribuição, à segunda deste ano, do Cabaz Solidário Saudável, que beneficiou cento e oitenta e seis famílias num total de quinhentos e cinquenta e um munícipes.

Neste período destacar também a homologação e aprovação com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana da nossa estratégia local de habitação, também foi aprovada por esta Assembleia. Houve também formação on-line, no âmbito do programa de "Dinamização da Reabilitação Urbana, as Jornadas de Reabilitação Urbana em Palmela, muito bem participada, considerado uma iniciativa muito interessante a replicar também noutros domínios.

Em julho, tivemos a reunião da Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela, a segunda e a última. Em paralelo, decorreu a receção e análise geral de todos os pareceres estamos agora em reuniões bilaterais, sobretudo por causa das questões da REN e de algumas diferenças de opinião que é normal termos com a Agência Portuguesa do ambiente e com o ICNF entre outros.

Avançaram os trabalhos de elaboração do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas (PLAAC), aliás vamos ter em breve algumas oficinas para as quais estão todos convidados, isto tem-se desenvolvido praticamente em paralelo nos três Municípios Palmela, Sesimbra e Setúbal.

Também recordar que, continua em execução a empreitada de construção do sistema elevatório de águas residuais na Quinta dos Farias, praticamente concluiu-se, está concluída falta ali um problemzinho pequenino de um particular, a empreitada também das águas residuais domésticas de Miraventos, Quinta Tomé Dias, Baixa de Palmela e Quinta das Asseadas, zona nascente. A regularização da Ribeira da Salgueirinha, prosseguiu, a segunda fase da infraestruturização da Lagoinha teve grandes avanços, embora tenha estado parada nas últimas semanas à espera da aprovação dos materiais já depois do projeto estar aprovado por parte das Infraestruturas de Portugal, para se poder finalmente começar a operar à beira da nacional e também atravessar a nacional para fazer as ligações que já estão concluídas no interior dos arruamentos. Também, as águas residuais domésticas, em Cajados, a empreitada teve o seu desenvolvimento normal e a estabilização do talude da encosta do Outeiro, em Palmela, uma obra que também correu muito bem e que está praticamente só à espera da colocação das miras para se desinstalar o estaleiro. Depois há uma série de campanhas que convém divulgar; às vezes a gente conhece algumas coisas pelo facebook, protestos, à uma barata ali, à umas formigas acolá mas as campanhas de desinfestação, desratização nas redes tem estado a ser feita, os nossos serviços têm estado a fazê-las com uma empresas da especialidade, com a periodicidade e nas semanas que estão anunciadas e depois tem havido ações de reforço onde se nota a manifestação de alguns destes insectos.

Nas águas de abastecimento, houve várias intervenções e a mais significativa foi, de facto a substituição de uma adutora na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em Pinhal Novo, que foi determinante para estabilizar as questões da adução e a religação do sistema, tendo em vista, por fim a alguns problemas de pressão que

ficarão completamente resolvidos com uma segunda fase, que ainda será feita até final do ano. Teve continuidade a empreitada em Palmela de um projeto muito valorizado e que foi também objeto de candidatura "Controlo de perdas de água no sistema de abastecimento da Vila de Palmela.

Concluiu-se varias pavimentações da Estrada da Quinta da Várzea, em Quinta do Anjo, e da Rua do Campo da Bola, em Lagameças, e avançaram no terreno cerca de uma dezena de outras intervenções de beneficiação da rede viária, avançaram em termos de adjudicação, porque algumas infelizmente as empresas não conseguem desenvolver trabalho.

No que respeita ao espaço público, pequenas reparações no Jardim José Maria dos Santos, em Pinhal Novo, concluiu-se a requalificação do Largo da Mitra, também em Pinhal Novo, a Praceta de Cabo Verde ainda não está concluída, mas neste mês também teve grande desenvolvimento, o Jardim de Cabanas, também a decorrer mas o período foi marcado, também, por várias ações de limpeza, de corte, de tratamento de árvores, erradicação de ervas daninhas dos passeios etc., etc., e hoje já está quase tudo a precisar outra vez, porque isto sem o apoio dos herbicidas mais violentos e com o teor de calor e humidade que temos não há mãos a medir.

Estava em estudo, o alargamento da recolha porta-a-porta, tal como tínhamos previsto no plano ainda este ano, porta-a-porta de resíduos indiferenciados na zona sul do Pinhal Novo.

No ambiente, entrega do Selo Verde - certificação ambiental que sublinha o consumo responsável de recursos naturais, porque concluindo de edição do EcoEmpresas, do EcoFamílias, houve entrega de *vouchers* às famílias do selo verde às empresas ano é e com empresas. No âmbito do Dia Mundial do Ambiente, entre outras coisas o Município disponibilizou, *on-line*, um instrumento de informação importantíssimo, sobretudo para as empresas, que é o Manual da Construção Sustentável, é pena é haver pouca gente que estude isto e que pratique aquilo que lá está, sobretudo para sensibilizar, a acomodação o tratamento e a recolha de resíduos. Na Vila Amélia e Marquesas, fizemos uma importante ação neste período com a Brigada do Mar, que resultou na recolha de mais de quinze toneladas de resíduos abandonados em terrenos particulares e à beira de estradas municipais.

No âmbito da eficiência energética, as duas grandes empreitadas nas piscinas, mas também aqui no Cine-Teatro S. João, que não sendo tão visível vai passar a ser mas também não foi para evitar aqui a intrusão e impossibilitar o desenvolvimento de algumas iniciativas.

Nos transportes, aquilo que temos vindo a falar a rede, o concurso, decorreu bem, finalmente, adjudicado, enfim há umas coisinhas, o Tribunal de Contas, as coisas estão a andar, não conseguimos começar em janeiro tanto quanto nos comunicou a AML, mas há de ser nos primeiros meses do ano. A oferta no concelho de Palmela, como está anunciada, aumentará cento e quarenta e oito por cento tem na prática todos os circuitos que a nossa população tem reivindicado mas quisemos confirmar com as Juntas de Freguesia, a AML connosco já depois do concurso tivemos a checar, desculpem o termo, as linhas e também a questão das paragens, etc., etc. que é para o operador começar a preparar o seu trabalho devidamente.

Na informação que foi distribuída há aqui uma incorreção pela qual peço desculpa, mas que faço questão de repor a verdade, acerta altura é dito que o município viu aprovado pelas Infraestruturas de Portugal o projecto para o troço de ciclovía entre Aires e Setúbal, no âmbito do projeto intermunicipal CICLOP7. Isto não é verdade, há aqui uma confusão entre a informação e o texto da introdução, o de Cabanas sim teve uma aprovação condicionada, ainda a pequenos acertos, foi esse que teve aprovação e desenvolvemos entretanto neste período o projeto de eletricidade e, neste momento, a dor de cabeça são as expropriações para se poder depois lançar o concurso. A de Aires/Setúbal não foi aprovada, veio com muitas coisas para alterar, é um troço de facto, muito difícil, mas felizmente já encontramos solução e o projeto já foi revisto e nesta data as novidades seriam outras, mas estamos aqui a falar até trinta e um de julho.

Pôs-se em funcionamento o primeiro parque canino do Concelho em Quinta do Anjo.

Concluiu-se o novo edifício de ossários no Cemitério de Palmela.

No Castelo, importantes intervenções que às vezes não são só as grandes, são todas importantes, a intervenção de conservação e restauro dos janelões, cantarias e contrafortes da Igreja de Santiago, e em Pinhal Novo, foi inaugurado o Museu "A Estação", tiveram inicio as visitas "No meu tempo".

As Jornadas Internacionais "Amanhar a Terra. Arqueologia da Agricultura (do Neolítico ao Período Medieval)" continuam a reafirmaram o Concelho como polo de produção e divulgação de conhecimento na área também da Arqueologia. Preparou-se também, aqui uma exposição e um recurso pedagógico de Arqueologia do Museu com a itinerância da exposição "De Palmela ao Poceirão: uma viagem arqueológica".

Na Rede Municipal de Bibliotecas Públicas do Concelho de Palmela, houve várias atividades de animação, quero destacar os programas "365 Dias de Romance" que tem trazido a Palmela importantes escritores e produtores literários nestas conversas, e também houve a segunda edição do concurso literário "O mundo ao contrário" que teve cento e doze participantes, e procedeu-se à entrega de prémios.

Também houve um Concurso de Poesia relativo ao 25 de Abril, dirigido ao público jovem, concurso de fotografia, a juventude também esteve envolvida nalgumas dinâmicas sociais e culturais desta natureza.

Os espetáculos felizmente puderam acontecer em segurança, houve um progressivo regresso à rua, muitos espetáculos no âmbito do Mural18, quero aqui sublinhar, embora num modelo também diferente, por causa da pandemia, a excelência do Festival Internacional de Saxofones de Palmela numa organização do Conservatório Regional de Palmela, e da S. F. Humanitária, o município também está fortemente envolvido no apoio e não só, e quero também congratular-me com o facto do nosso associativismo em particular ligados ao teatro que continuam com espetáculos esgotados. No Dia do Concelho, também, tivemos vários espetáculos musicais e houve pela primeira vez a extensão para o Concelho de Palmela do Festival de Cinema no Feminino "Olhares do Mediterrâneo".

As festas populares como sabem não sendo possível concretiza-las no modelo, que gostaríamos, as associações adaptaram-nas, fizeram outro tipo de eventos e progressivamente trouxeram alguns espetáculos à rua e tudo correu bem, quer com o "Bora lá Pinhal Novo", quer com o "Marateca XXI".

O destaque vai naturalmente para o Festival Internacional de Gigantes em que se demonstrou que é possível fazer em segurança, deu mais trabalho, mas foi importante fazer vinte e cinco espetáculos, três exposições, e um debate com mais de quatro mil espetadoras/es, em nove pontos diferentes da Vila de Pinhal Novo até para evitar as grandes aglomerações.

Quero aqui destacar também que neste período e quando estávamos a procurar dar um impulso para o retorno à atividade, o município procurou fazer parte da solução com a perspetiva da prevenção, distribui mais de mil testes rápidos às unidades de hotelaria e alojamento local, e outros mil ao tecido associativo, desportivo, e cultural do Concelho, destinados às/aos artistas, atletas e estruturas de formação.

Outro aspeto importante o Dia de Santiago e do Ano Jacobeu, associou os municípios de Palmela e Setúbal que apresentaram, no Castelo de Palmela, e com a presença do Sr. Bispo de Setúbal, D. José Ornelas Carvalho, um projeto que valoriza toda a região trata-se do Caminho Central Português da Variante da Península de Setúbal do Caminho de Santiago.

Também estivemos na Feira Nacional de Agricultura em Santarém, com um balcão próprio a promover o nosso território no Turismo, participamos também na publicação *Grand Tour Portugal* e promovemos mais um *webinar* sobre a retoma turística, trocando experiências com o município italiano de Tollo. Os Fins de Semana Gastronómicos da Fruta, e ainda bem que o nosso Nuno Gil se associou com um novo produto de excelência que também já nos conquistou pela gula e pela boca, que é o Pastel de Nata de Maçã Riscadinha. Importante também ressaltar este aspeto da edição do novo Guia Turístico de Palmela, em quatro idiomas.

Atividade desportiva, apesar das condicionantes, foi possível voltar a realizar o 5.º Evento do Desporto e da Saúde, com a Palmela Desporto e parceiros locais. No Desenvolvimento do Atletismo, algumas provas, mas sobretudo sublinhar aqui os contratos-programa com a Associação Académica o Palmelense Futebol Clube, e o Pinhalnovense, e o Quintajense Futebol Clube, são os clubes que se dedicam coletivamente à prática e à promoção do atletismo.

Entrou em funcionamento a Incubadora de Empresas do Pinhal Novo, e ampla rede de equipamentos municipais ao serviço da comunidade, continua a haver obras de beneficiação, de ampliação, como é o caso do que estamos a fazer no Mercado Municipal de Quinta do Anjo, que volta a ter melhorias, pinturas, vãos

etc., a requalificação do antigo Polidesportivo de Poceirão e do Centro Comunitário de Águas de Moura e do próprio Monte do Francisquinho.

Queria terminar com este parágrafo final, é que, o relatório espelha a capacidade de resiliência e reinvenção quer das equipas municipais, quer dos diversos parceiros e da comunidade, que enfrentando uma crise pandémica com responsabilidade, procuraram fazer acontecer as dinâmicas que nos caracterizam e que são importantes para a nossa vivência coletiva e para a atratividade do território acreditando num futuro, construído diariamente.

E disse Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então sobre esta proposta questões?

Tem a palavra o Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa Partido Socialista.”

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

“Muito obrigado Sra. Presidente.

Uma boa noite para os Srs. Membros da Mesa, caríssimos colegas de Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, técnicos da autarquia que estão aqui presentes, público que lá está em casa, enfim, são poucos, são 4, mas merecem o nosso contributo e também o nosso apreço com certeza, técnicos de som aqui da autarquia e respetivos munícipes.

Gostava de fazer aqui duas ou três notas, só sobre este relatório da atividade municipal, que, como o Sr. Presidente sempre diz e vou citá-lo *“foi caracterizado por intenso trabalho”*. Descortinei enquanto preparava esta intervenção que efetivamente a atividade municipal não vinha até trinta e um de agosto, como habitualmente acontece, mas penso que, em função e até termos a Assembleia ligeiramente mais cedo neste mês de setembro, isso pode ter aqui uma justificação.

Contudo nomeadamente as questões dos números da execução orçamental que falarei no final desta intervenção, ficam um bocadinho perdidos em função da execução de oito meses ou da execução de sete meses, de qualquer forma sete ou oito meses são sempre mais que seis e portanto teremos que olhar para os sessenta e oito milhões que temos de orçamento e para a execução que temos a trinta e um de julho de dois mil e vinte e um, e isto porque, o Sr. Presidente da Câmara apresentou no Boletim Municipal de julho do ano passado, os seus famosos dez milhões de euros de investimento, ora, a pergunta de hoje é, Sr. Presidente diga-me lá onde é que estão esses, já não quero os dez, quatro milhões de investimento, estas notas têm que ser claramente tiradas aqui neste seio, nesta conjuntura que temos.

Passando isto, se percebo que o relatório da atividade municipal não vem até trinta e um de agosto não consigo perceber como é que o “Marques e Cruz e Associados”, o nosso ROC não consegue, fazer chegar a esta Assembleia Municipal aquilo que é obrigação da empresa, paga pelo Sr. Presidente com o dinheiro de todos nós. Porque o ROC, tem obrigação nesta fase de fazer o relatório para a Assembleia ordinária de Setembro, se a Assembleia ordinária é dezasseis de setembro, o relatório tem que estar cá a dezasseis de Setembro, não vai cá estar em novembro como diz aqui, é que é preciso, enfim, alguma facilidade para se escrever o que se escreve, vários atrasos na abertura contabilística, os lançamentos contabilísticos do primeiro semestre parece que o município é que se atrasou com estes lançamentos contabilísticos todos, eu também não acredito que isso tenha sido assim, aliás, porque só mais tarde é que fizemos a Assembleia para aprovação de contas e depois dizer que lamenta *“apresentamos as nossas desculpas pelo atraso que expomos”*, pois eu acho que é preciso ter alguma relação próxima com o município para conseguir fazer uma coisa destas e ao que sei não houve resposta, ao que sei, objetivamente a única coisa que me deram foi este documento aliás como todas as bancadas têm.

Mais duas ou três notas, relativamente à intervenção, eu tenho sempre aqui uma pequena dificuldade que é eu leio o documento grande e depois quando chego aqui, tenho documento mais pequeno, relativamente à Incubadora de Empresas do Município de Palmela com jovens empresas instaladas a desenvolver os seus negócios, Sr. Presidente em dois mil e cinco, o Município de Palmela contratou, Sra. Dra. Jacinta, Ricardo ex-Presidente da Câmara Municipal do Montijo, é do tempo da Sra. Presidente e é do tempo do Domingos, contratou a ex-Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Jacinta Ricardo, para vir dinamizar uma coisa que não se chamava Incubadora de Empresas porque não havia, mas era o empreendedorismo em Palmela e não correu bem, ou não correu bem, ou acabou três anos depois ou dois anos depois e, portanto, eu espero que esta Incubadora de Empresas, agora assim chamada, possa ter um futuro e uma vida bem mais prolongada do que aquele Gabinete de Empreendedorismo da Câmara de Palmela, que tinha genericamente as mesmas funções que esta incubadora, aqui vai ter.

Depois relativamente ao relatório da atividade municipal, eu gostava de começar por dizer que na página quarenta e um quando falo no planeamento urbanístico, eu tenho sempre uma nota muito próxima para falar do PDM, penso até que esta Assembleia Municipal foi preterida na discussão desse mesmo PDM durante este mandato, em função de várias situações que penso que, a Assembleia, se poderia, e deveria ter pronunciado e não o fez, mas passando essa parte, gostaria que alterasse na página quarenta e um, quando diz "*Segunda reunião da Comissão Consultiva da revisão do PDM de Palmela, online a dezasseis de julho*" que acrescentasse aquilo que acabou de dizer agora "*segunda e última*", porque se é a última não há mais reuniões a seguir, ou seja o processo está num patamar de decisão final. Como está aqui escrito dá sempre azo a que haja uma terceira, uma quarta, uma quinta reunião, portanto, se efetivamente foi a última como o senhor acabou de dizer gostava que constasse aqui.

Depois, nas intervenções a decorrer em fase de conclusão, temos a empreitada "Regularização da Ribeira de Salgueirinha" em execução foram desenvolvidos trabalhos em diferentes frentes, Sr. Presidente explique-me lá por favor, como é que eu digo a um munícipe do Pinhal Novo que Estrada Nacional 252, está cortada há mais de mês e meio, porque a passagem que está a ser feita demora este tempo a fazer, uma passagem que já foi estudada há muito tempo, há muito tempo que o projeto está feito, etc., etc., explique-me lá como é que se explica a um munícipe do Pinhal Novo, que a Estrada Nacional 252 tenha estado cortada quatro dias em julho e depois reabriu sem que houvesse qualquer indicação nem qualquer intervenção na estrada, explique-me lá Sr. Presidente, como é que se fecha a estrada em julho, e não se coloca qualquer indicação de como é que se fazia, como é que se passa na direção de Palmela.

Depois fizeram na curva do restaurante antigo "*Isabel*", agora não sei como é que se chama, as prioridades e, portanto, o trânsito flui neste momento, já com alguma rapidez diria assim, não com a necessária, mas, com alguma rapidez e, portanto, estas questões da Vala da Salgueirinha ou da Ribeira da Salgueirinha, como quiserem, além de todo o atraso que está subjacente aqui a isto, eu já sei que o Sr. Presidente vai dizer que, em dezasseis obras de arte, etc., mas sempre teve dezasseis obras de arte, é que quando avançámos já sabíamos que eram dezasseis, já sabíamos que tínhamos ter parecer da IP, deste, do outro e, portanto, aquela questão de que há sempre responsabilidade de alguém, custa aqui neste tipo de trabalho a passar.

Gostava de ao nível da execução orçamental, perceber e dizer-lhe que, de acordo com os seus números dos sessenta e oito ponto sete milhões de euros que estão no orçamento, ao fim de sete meses estão pagos vinte e nove ponto um milhão, ou seja, quarenta e dois por cento, são sete meses e portanto, mais uma vez vamos chegar a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um, e o ano passado passamos cerca de onze ponto dois milhões de euros para o ano seguinte, por este andar passaremos mais, o que mais uma vez denota a incapacidade que se tem em concretizar aquilo que se projeta. Eu diria que não se projeta demasiado concretização é mesmo muito pouco.

Uma última nota, Sra. Presidente se me permite, para a estrutura da receita, ao contrário do que o Sr. Presidente disse numa sessão online brilhante à uma e meia da manhã quando desligávamos as câmaras nas nossas casas, que o Sr. Chefe de Gabinete tinha entrado pelo gabinete dentro, "*epá a receita está mínima, e nunca tivemos receitas tão baixas*", então eu tenho uma excelente notícia para o município e para os municípios possivelmente também ou seja, os impostos indiretos da estrutura da receita da Câmara de Palmela cresceram cerca de um ponto oito milhões de euros, comparado com julho de dois mil e vinte a julho de dois mil e vinte e um, e quais foram as receitas que subiram? Inacreditavelmente o IMI, não inacreditavelmente o imposto Único de Circulação, e depois o IMT, que têm um crescimento aceleradíssimo e

ainda as taxas, coimas, e penalidades que passam de quatrocentos e setenta e nove mil euros para um ponto quatro milhões de euros, é verdade está aqui tudo Sr. Dr. Paulo Pacheco, se não é assim é porque o Sr. escreveu mal, ou alguém, está aqui tudo, e portanto, esta estrutura de receita é uma estrutura de receita que tem claramente mais receita hoje, do que tinha antes, o que significa que se não conseguimos, planear e executar convenientemente, alguma coisa não tem, tudo ou nada, tem a ver efetivamente com a receita.

Terminada a minha intervenção e penso que não intervirei mais hoje, gostava de fazer duas notas, primeiro dizer um até já à Rosa, é sempre um até já e saudar o Domingos Rodrigues, porque é um homem que tem o meu apreço, que convivemos, não frequentamos a casa um do outro objetivamente se querem saber, mas não acontece, mas convive-se é um homem de ideias fortes, que não são as minhas, mas são as ideias do Domingos Rodrigues, e durante todos estes anos aqui na Assembleia Municipal a sua participação foi sempre positiva, ou seja trouxe ao debate e ao diálogo, sempre algo de novo, e portanto, para o Domingos é até amanhã, a gente há de se ver lá no Pinhal Novo um destes dias.

Sra. Presidente era só, muito obrigado.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada Sr. Membro da Assembleia.

Caras e caros colegas, outras intervenções? Sobre o tema?

Dou a palavra à Bancada do PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia, Rosa Pinto.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Antes de mais, agradeço ao meu colega da Assembleia Municipal, pelo PS dizer um até já.

Até já!

Até já, porque, concerteza, vos virei visitar e também não quero deixar, aliás, já tinha falado com o Domingos, porque fomos levar a segunda dose da vacina no mesmo dia, e também queria desejar-lhe aqui um até já, porque, concerteza também nos virá visitar. Não direi, por isso, até amanhã.

Efetivamente com pontos de vista diferentes e às vezes, com altos e baixos nas intervenções acaloradas, nossas, e dos outros eleitos, mas sem insultos, como referi há pouco. Iniciando agora aqui a análise, efetivamente no que diz respeito às receitas e à execução orçamental, por acaso concordo com muito do que aqui foi dito pelo José Carlos e não irei repetir.

Para além disso, a coligação não quer deixar de lamentar a justificação do ROC e consideramos que a Câmara Municipal deve solicitar a elaboração desse relatório até ao fim deste mandato, de modo a fazer-nos chegar o mesmo. Efetivamente há obrigações a cumprir e não é o facto de uma Assembleia ter uma décalage de dez dias que justifica a não feitura do relatório. Portanto, não aceitamos estas explicações dadas e muito menos os pedidos de desculpa, porque neste caso as desculpas evitam-se, não se pedem

Relativamente ao caso do PDM e até quando há alguma proposta que aqui virá a ser apresentada, que ainda estou a refletir como é que vai ser o meu sentido de voto. Não posso deixar de lamentar que durante este mandato não se tenha conseguido concluir o PDM. O município de Setúbal apresentou agora o PDM. É claro que isto é sempre um pau de dois gumes, porque efetivamente em Setúbal, alguns disseram que estavam a levar um PDM a votação quase antes do ato eleitoral. Mas eu sinceramente, acho que é preferível concluir do que não. Temos tido poucas notícias sobre o PDM e portanto, também queremos aqui com as justificações que o Sr. Presidente irá dar, deixar o nosso lamento, porque muitas vezes para quem investe, é o adiar de investimento. Às vezes há locais que as pessoas querem saber o que é que vai ser alterado e quando.

Relativamente à nova unidade de Saúde Familiar da Quinta do Anjo, uma vez que foi celebrado o Protocolo de Colaboração com a Administração Regional de Saúde, gostava que o Sr. Presidente desse aqui mais algum pormenor sobre esse Protocolo, bem como sobre Protocolo de Colaboração com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana. Efetivamente o executivo da Câmara, concerteza que fez um levantamento sobre a

necessidade habitacional no concelho e gostávamos também de ser informados. Sr. Presidente, gostávamos de saber qual o valor que está previsto na "bazuca" para o município, relativamente a esse levantamento das necessidades habitacionais.

Fala-se aqui também nos relatórios de elaboração do plano local de adaptação às alterações climáticas, que também vamos requerer cópias, porque gostávamos de ter acesso a esse relatório bem como as informações dadas para a rede de transportes com o contributo das respetivas Juntas de Freguesia.

Relativamente à infraestruturização da Lagoinha, já em devido tempo tínhamos requerido alguma calendarização sobre as obras e vamos continuar a requerê-la.

Congratulamo-nos com a feitura, que também à data, fez parte das nossas intervenções, relativamente ao antigo Polidesportivo do Poceirão e do Centro Comunitário de Águas de Moura e esperemos que avancem rapidamente as obras. Por último, ontem estive a ouvir um debate relativamente à Câmara de Lisboa e também aqui me suscitou algumas dúvidas. É que estamos a fazer ciclovias, mas também convém fazermos o rebatimento de passeios e acessos para deficientes, de modo aos peões também poderem circular. Acho que deve ser, assim. Eu sei que os dinheiros da União Europeia vieram para as ciclovias, mas há coisas que temos que continuar a fazer.

Relativamente à reabilitação da Capela do Cemitério de Palmela, e á reparação de janelas, também aqui tínhamos no anterior mandato, feito esse reparo e congratulamo-nos que a obra esteja a avançar.

Por último e numa questão também de saúde pública, não temos visto nos contentores aposto qualquer informação de limpeza e desinfeção dos mesmos que era feita anualmente e gostava que o Sr. Presidente nos informasse sobre isso. Aliás, neste período, eu penso que tem sido reduzida a recolha do lixo, não sei se será por período de férias se não, porque efetivamente em certos dias os contentores encontram-se cheios. O Sr. Presidente, depois, se quiser que eu lhe precise, eu depois dou-lhe exemplos pessoalmente. E é só obrigada."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada Sra. Membro da Assembleia.

Mais alguma intervenção neste ponto? Não havendo, dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que quererá responder a algumas das questões por favor."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Obrigada Sra. Presidente.

Começo pelas questões mais objetivas do Sr. Membro da Assembleia, José Carlos de Sousa.

Sobre a questão do empreendedorismo e da incubadora de empresas é necessário também os Srs. Membros da Assembleia irem acompanhando, não só a informação municipal, mas aquilo que até tem sido sobejamente divulgado até noutros fóruns e, inclusivamente, na imprensa nacional sobre o trabalho que temos procurado fazer e a incubadora é um espaço, mas tem dinamização de trabalho, e dinamização de redes com contactos, inclusivamente internacionais.

A rede internacional para o emprego, empreendedorismo e a DIAPL, com quem assinamos protocolo, aliás, fomos dos poucos municípios dos primeiros que contribuímos para a criação desta rede em Portugal em que o próprio Instituto Politécnico está envolvido. Nós criemos um espaço para acolher empresas, um espaço de coworking, um espaço de trabalho conjunto, mas não nos limitamos a alugar a preço simbólico o espaço, temos promovido um conjunto de formações e de interações e de rede, que permite a quem empreender nesta área, trocar experiências, encontrar contactos, parceiros, e criar sinergias para o desenvolvimento das suas atividades e negócios.

Quanto à questão da Ribeira da Salgueirinha e da Nacional/252, quatro dias parado, antes de iniciar a obra é necessário fazer as respetivas sondagens, e depois reabriu-se ao trânsito até fecharem em definitivo, feitas as sondagens, como habitualmente, com construções e redes muito antigas, fomos dar com um conjunto de

redes, nomeadamente de média tensão e outras a atravessar o leito da vala e mesmo para intervir, tivemos que adjudicar e pedir, por favor, para serem rápidos a fazer o corte, os bypasses, etc., etc., para se poder intervir e, portanto, isto é um bocadinho dia a dia do trabalho com um conjunto de outras entidades e empresas que depois também têm os seus problemas, as suas inércias, e a sua falta de capacidade de resposta, estou-lhe a falar, designadamente da Emredes, do gás, daqui e da colá, depois desses nunca ninguém se queixa dos atrasos, queixamo-nos nós naturalmente.

Já tive a oportunidade de esclarecer V.Exas. que o município o projeto foi globalmente aprovado em tempo próprio, mas à medida que entramos em determinadas passagens inferiores ou superiores, temos que de novo discutir até ao pormenor, os materiais que são utilizados, a granulometria do tout-venant o fornecedor do tout-venant, se o Senhor tiver dúvida nisto contacte com as infraestruturas de Portugal para perceber, isto pode parecer ridículo, mas é verdade, mas é verdade, e já tinha tido oportunidade de dizer que o município solicitou a opção de fazermos o atravessamento em "Box-Culvert", à semelhança do que foi feito noutros locais e também disse que estivemos mais de seis meses à espera do parecer das infraestruturas de Portugal sobre esta solução, isto está escrito, Sr. Membro da Assembleia, os Srs. pedem tanta coisa que quando quiserem a gente manda os documentos e face, e face, à falta de resposta e à incapacidade dos técnicos da IP de assumirem a responsabilidade por esta outra solução, voltamos ao projeto da solução do betão "in situ" que era aquela que, de facto, as Infraestruturas de Portugal achava que era mais segura e, portanto, isto provocou aqui um atraso significativo e a betonagem "in situ" até tem estado a correr bem, dentro dos prazos o que nos atrasou mais, foi esta questão das infraestruturas. O prazo estimado é até final de outubro, termos aquilo tapado, não sei se em condições de circular porque a metrologia também pode influenciar os tempos de secagem etc. e é isso que está previsto.

A circulação e trânsito, também os planos foram aprovados pelas Infraestruturas de Portugal, porque a estrada é nacional, a própria sinalização, a segurança, tudo isso e nós fomos fazendo correções e temos procurado até criar outros corredores alternativos, não os conseguimos criar ainda porque, por exemplo, para ligeiros, teríamos uma solução que se pensava que era uma zona que tinha apenas uma cedência com coletor público, mas são terrenos privados, pode ser que ainda consigamos chegar essa solução, mas não tem sido fácil.

O Senhor pode chamar desculpas, mas são factos e só quem está hoje envolvido no mundo das obras, conhece também os problemas pelos quais estão a passar as empresas, os fornecimentos de materiais, no aumento dos preços, nas dificuldades de contratação de trabalhadores. Basta falar com empresas e empresários de diversos setores, mas, ainda assim, com as dificuldades que eram esperadas e com aquelas que são as surpresas no dia a dia a obra tem estado a avançar e será uma obra muito importante não só para o Ambiente e para o combate também à questão das alterações climáticas, acabando com zonas ameaçadas por cheias e outras.

As questões da execução, o Senhor gosta muito de números, mas também tem mesmo que gostar e ler com atenção, não apenas aquilo que lhe pode interessar para fazer algumas inferências, mas ler a totalidade das questões. Aquilo que o Senhor sinalizou com questões de aumento da receita, é perfeitamente normal porque tem sido o IMT que de facto tem estado a salvar as Finanças locais na generalidade das autarquias, o IMI, o Senhor fala de zero vírgula quarenta e oito, está a falar aqui de um aumento de vinte e quatro mil euros, mas não o citou, por exemplo, menos quarenta por cento na Derrama neste mês, e continua de novo a fazer confusão, isto já foi explicado um bocadinho, na rubrica dos impostos diretos, e das taxas, coimas, e penalidades, eu já expliquei que o novo classificador os impostos indiretos passaram a ficar juntos às taxas, coimas, e penalidades e, portanto, por isso é que tem em dois mil e vinte, quinhentos e vinte e três mil euros e em dois mil e vinte e um não tem nada, porquê? Porque passou a estar incluído nas taxas, coimas, e penalidades.

A receita é um pouco volátil e flexível, de mês, para mês, há meses em que se paga mais, há também meses, que às vezes nem percebemos, porque é que a derrama demora tanto tempo a vir e às vezes, vem, depois vai, enfim, até já entrou receita e saiu inexplicavelmente, e não obstante as diligências feitas nunca obtivemos uma resposta, mas essas contas fazem-se no final do ano e é sabido que o município as estimativas que faz têm sido corretas e não são mais porque é obrigado a fazer as médias dos vinte e quatro meses. Arrecadar cento e três por cento, está sempre ali em torno dos cem por cento, significa que a estimativa foi correta.

Quanto à execução, a sua preocupação com a execução, nos também queríamos ter já tudo feito e tudo pago, mas o senhor acha que não há problemas nenhuns no país, nas obras, etc., nos preços, enfim, vivemos certamente noutro país e temos informações diferentes, mas volto a dizer, Sr. Membro da Assembleia, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, digam o que disserem ficou comprovado e, finalmente, já temos a execução de todos os municípios, que o município de Palmela foi o que teve a maior percentagem de execução da Área Metropolitana de Lisboa, vale aquilo que vale, pode consultar, tenho pena que o Anuário Financeiro não tinha saído que é para o Senhor ver, como afinal com estas dificuldades, todas que conseguimos executar mais do que muitos municípios e eu nem vou falar nos partidos a que pertencem.

Estratégia local de habitação, Sra. Membro da Assembleia o acordo está aprovado, já tínhamos trazido a esta Assembleia os valores, vinte e um milhões do município, um vírgula quatro milhões do terceiro setor, cinco vírgula seis milhões do privado. Temos até dois mil e vinte e seis e através do PRR e de outros fundos para conseguir e também financiamento bonificado, para conseguir pôr em prática um conjunto de investimentos nesta área e o mesmo relativamente a outras matérias, como é o caso da unidade de Saúde Familiar o primeiro compromisso entre as duas entidades é ambas irem ao PRR, porque têm que ir em conjunto, já na anterior até foi o município que concorreu a fundos europeus, em vez do Estado Português, para ir buscar em conjunto e desenharmos, o programa preliminar também já temos uma ideia do que é que queremos para ali que é para depois podermos lançar projeto, obviamente que o município só põe o projeto a fazer depois ter um compromisso já de outra natureza, nomeadamente financeiro, com as verbas do PRR e com a ARSLVT.

Outras considerações Sras., e Srs. Vereadores o tempo dirá, as obras têm os seus ritmos, têm os seus problemas, falou-se aqui da Ribeira da Salgueirinha, nós ainda nos falta uma parcela da Ribeira da Salgueirinha, para poder intervir num determinado local, isto não é fácil Sras. e Srs. Membros da Assembleia, e digo-lhe e eu acho que temos até também, não só, aí, mas temos em todos os departamentos e divisões do melhor que há na administração local a trabalhar nestas matérias e também nesta área, nós temos feito trabalho como nunca foi feito na negociação com os particulares, nos processos administrativos nas declarações de unidade pública, houve uma que levou seguramente, onze anos que foi publicada ontem no Diário da República a declaração de utilidade pública para um terreno do furo RA1, na Lagoinha que eu desde que vim para esta Câmara Municipal, era Vereador há época, com a Sra. Presidente que temos o projeto feito todos os anos, metemos verba em orçamento, ultimamente tem estado a definir, chegou ontem finalmente ao fim destes anos todos, a declaração de utilidade pública para podermos finalmente entrar no terreno e começar a pensar em lançar a obra, são questões complexas, mas creio que, com mais mês, menos mês, teremos as obras concluídas e teremos os espaços e os equipamentos coletivos e tudo aquilo que nos comprometemos a fazer ao serviço das nossas populações.

Só uma questão sobre o Revisor de Contas, compete à Assembleia exigir ao Revisor de contas, o que deve exigir, mas é preciso perceber que não aconteceu apenas, aqui acontece com muitas empresas de Revisores de Contas, houve aqui esta questão da adaptação ao SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas) e esta adaptação que tem aqui um esforço acrescido quer da organização municipal, quer dos revisores, criou aqui também para além das questões da pandemia etc., etc., porque isto não é só mandar uns papéis pelo computador isto é preciso mesmo entrar lá e mexer, etc., etc., isto criou aqui algumas dificuldades e alguns atrasos, foi essa a explicação que nos foi dada, nós aceitámo-la, mas compete à Assembleia solicitar aquilo que entender, e quando entender, ao Revisor Oficial.

Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Muito bem, obrigada Sr. Presidente.

Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa, para terminarmos este ponto.”

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

“É muito rápido, Sra. Presidente.

Aliás, há uma nota que eu me esqueci e, é por isso é que, venho aqui essencialmente, mas aproveito para duas ou três notas. Primeiro relativamente ao Revisor Oficial de Contas, quando este documento chega tem um despacho do Sr. Diretor de Departamento de oito, do nove que diz "*As justificações apresentadas pelo ROC são atendíveis e inquestionáveis*", eu percebo que ao Sra. Presidente em face disto tenha tido alguma dificuldade em proceder de outra forma, que não, fazer-nos chegar esta indicação.

A segunda é essencialmente para a ata, para memória futura, o total de receitas, o Sr. Presidente tem uma tendência clara para dizer duas coisas, primeiro que eu só leio o que quero e depois que eu leio mal, eu vou tentar explicar que não leio o que quero e que leio bem, de acordo com aquilo que me dão, são os Srs. que ma dão os números e o total de receitas correntes a trinta e um de julho de dois mil e vinte, eram vinte e dois ponto quatro milhões de euros e o total de receitas em julho de dois mil e vinte e um são vinte cinco ponto quatro milhões de euros, portanto, não vale a pena dizer outra coisa, os números são estes, mas porque é que eu estou aqui, estou aqui, porque me esqueci de uma coisa que penso que é importante e Sra. Presidente havemos de fazer isto de outra forma, eventualmente.

O senhor Presidente na atividade municipal realça o ritmo de trabalho do Centro de Vacinação, e eu até pensei que houvesse uma proposta hoje, aqui, de valorização daquele Centro de Vacinação que vai ser encerrado, eu gostava de testemunhar e de dizer, que o trabalho que foi feito naquele Centro de Vacinação fui lá duas vezes levar as duas vacinas, portanto, é minha perceção foi de excelência, foi de excelência, os técnicos do município que lá estiveram, as Sras. Enfermeiras, os Srs. Enfermeiros, os Médicos que estavam de serviço, tudo com uma cordialidade excelente, tudo com uma eficiência e eficácia excelente, que penso que a Assembleia Municipal não pode deixar de saudar, não temos uma proposta propriamente escrita, eu pensei até que a CDU trouxesse porque vai encerrar, mas, pronto, havemos de fazer isso no mandato seguinte, porque me parece que é merecedor, eu conheço outro Centro, porque tive que levar pessoas a outro Centro para a zona de Loures, e efetivamente o ritmo, o trabalho, a dinâmica, era muito inferior aquela que eu via no Pavilhão Municipal de Pinhal Novo, portanto, gostava de deixar isso mais que não fosse, aqui para todos nós e, para que ficasse em ata.

Muito Obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada também, Sr. Membro da Assembleia.

Penso que partilhamos nomeadamente desta última ideia, portanto, retomá-la-emos.

Alguma, questão mais?

Então passamos ao ponto seguinte, Sr. Presidente da Câmara se quiser continuar."

PONTO DOIS – Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação – PMIND Palmela | 2021-2024.

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito obrigado Sra. Presidente.

O plano municipal para a igualdade e não discriminação de Palmela, 2021-2024, após a realização do diagnóstico interno em dois mil e vinte, que teve como principal objetivo permitir a obtenção de informação aprofundada e fidedigna acerca da realidade sobre a qual se pretende intervir e transformar no âmbito da implementação do plano, depois de termos também investido em várias parcerias, mas designadamente o protocolo de cooperação para a igualdade e não discriminação, que celebrámos com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, em outubro de dois mil e vinte, cuja minuta foi aprovada pela Câmara Municipal a vinte e um do dez, tal pressupõe a apresentação do plano para um horizonte temporal de quatro anos.

O Plano está à apreciação de V. Exas., tem aqui a indicação também da cronologia, que começámos este trabalho em dois mil e catorze, não propriamente o trabalho da elaboração do plano, mas a nossa adesão a estes princípios para a igualdade de homens e mulheres na vida local em dois mil e quinze, havíamos celebrado um protocolo com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, criámos o grupo de trabalho em dois mil e quinze, em dois mil e dezasseis implementámos a comunicação inclusiva de género, depois em dois mil e vinte, não obstante um conjunto de ações e de iniciativas que poderemos aqui repescar para ilustrar, em dois mil e vinte, fomos dos membros fundadores da rede de autarquias para a igualdade, em outubro, estabelecemos novo protocolo com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e foi aí que foi então assumido pela autarquia, o compromisso de conceber, adotar e implementar um plano.

Ficaria a aguardar as questões das Sras. e dos Srs. Membros da Assembleia e se calhar, partilharia com V. Exas., outro aspeto. Primeiro aproveito para divulgar a realização de uma ação de formação Género, Igualdade e Cidadania, entre onze a vinte e nove de outubro, que se destina ao pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinamentos básico e secundário e a docentes de educação especial. Tem vários módulos, com vinte e cinco horas, como habitualmente, com concessões, sempre em horário das dezoito e trinta às vinte e duas e, portanto, isto tem aqui um número mínimo de participantes e esta ação, já agora, é promovida pela questão de Igualdade Associação para a Inovação Social e tem estado a ser divulgada nas nossas escolas.

O Centro de Formação de Escolas António Sérgio, Conselho Científico da Formação contínua acreditam também estas ações. Por último uma outra informação complementar, que acabámos de receber, a propósito deste indicador de Igualdade de Género, no índice de sustentabilidade municipal da Católica que coloca Palmela com setenta e um vírgula oito, mesmo aqui com uma oscilação de descida do ano passado para este ano de setenta e quero aqui esclarecer, que os indicadores não tem que ver com o plano, tem que ver com questões de igualdade género, nomeadamente, por exemplo com os crimes de violência doméstica, que nós obviamente não conseguimos controlar e foi isso que fiz esses números aumentando, fizeram descer aqui a nossa percentagem, mas ainda assim, estamos melhor do que a Área Metropolitana de Lisboa e estamos melhor do que a percentagem geral do país.

Fico então para as questões que entendam colocar.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões sobre esta proposta?

Tem a palavra a bancada do PSD/CDS, Sr. Membro da Assembleia Colin Marques.”

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

“Mediante o documento apresentado, tinha aqui um conjunto de questões que gostava de esclarecimentos se calhar, até fui eu que, posso não ter percebido da melhor maneira, de qualquer forma, gostaria que me ajudasse a perceber, portanto, as ações de formação que serão dadas até dois mil e vinte e quatro, portanto, é objetivo da autarquia que essas ações, portanto, cheguem a todo o universo dos trabalhadores da autarquia, das chefias, chefias intermédias e todo o universo de trabalhadores, se sim, acha que é possível, portanto, em quatro anos ministrar toda essa formação?”

Também tinha aqui uma questão, essas ações de formação, elas são ministradas por quem? Organizações da sociedade civil, associações, ou empresas externas, ou pelos próprios Recursos Humanos da Autarquia devidamente qualificados para o efeito.

Outra questão aqui do grupo de trabalho criado na Autarquia para Igualdade de Género, portanto, vi algumas conclusões, portanto, algumas são mais ou menos, do senso comum, agora, portanto, aquilo que eu gostaria de tentar perceber era se efetivamente o grupo de trabalho para a Igualdade de Género, conseguiu apurar diferenças significativas entre vencimentos por género, portanto, entre os trabalhadores da Autarquia, isso é possível também, portanto, pelo mesmo grupo de trabalho, portanto, sabermos que, percentagens a nível de

chefias intermédias compete a cada género, portanto, imaginemos setenta por cento do género masculino, trinta do feminino, isto para as chefias intermédias, são estas as questões que eu queria colocar.

Obrigado.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Mais alguma intervenção?

Vou dar a palavra agora à Bancada do Partido Socialista, Sra. Membro da Assembleia Patrícia Caixinha.”

A Sra. Patrícia Caixinha do PS:

“Boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa permita-me cumprimentar os restantes elementos da mesa, cumprimentar também o Sr. Presidente da Câmara, as Sras., e os Srs., Vereadores aqui presentes, os caras e caros Membros da Assembleia Municipal, o público que nos acompanha aqui presencialmente e online, cumprimentar também os trabalhadores e as trabalhadoras da autarquia aqui presentes.

Relativamente a esta a proposta e depois de tantas intervenções sobre este tema, só tenho que dizer que é com particular regozijo que, de facto, estamos hoje aqui a deliberar o Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação de Palmela, a terminar o mandato e desde que foi eleita em dois mil e dezassete, que o Plano Municipal para a Igualdade foi referido por diversas vezes, nas minhas intervenções e já há mais de uma década que é uma reivindicação do Partido Socialista em vários fóruns pela importância que este plano tem. Já Charles Chaplin dizia “*A persistência é o caminho do êxito*”, sendo uma das nossas exigências há muito, é óbvio que a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente a este plano, contudo deixa algumas notas sobre este plano e sobre esta proposta, como em tantas outras coisas, a Câmara Municipal de Palmela perde o comboio e a oportunidade de ser mais, estamos a anos luz de atraso nesta matéria assim como em tantas outras, mas, neste caso, em concreto, um atraso de pelo menos seis anos. Já em dois mil e quinze, a Câmara Municipal de Palmela assumiu o compromisso com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género de planear, promover, e implementar políticas públicas para a igualdade e não discriminação a nível local, nomeadamente adotando o plano municipal para a igualdade entre homens e mulheres já nessa altura.

Este plano que hoje estamos a discutir tem a duração de três, anos para as ações previstas serem implementadas, o que implica agora sim, percorrer um longo caminho pela igualdade. Num concelho que se afirma como tendo vindo a desenvolver um extenso trabalho de promoção de igualdade de género, estranhámos quando uma das principais conclusões do diagnóstico interno realizado e agora divulgado nesta proposta, refere que medidas e metas a atingir na área da igualdade de género, nomeadamente ações a desenvolver não estão claramente identificadas no plano de desenvolvimento social e planos de atividades da Câmara, nem existe de forma explícita e visível a referência ao princípio da igualdade na missão e nos valores da Câmara.

Por outro lado o desconhecimento por parte das chefias de como o princípio de igualdade de género se encontra incorporado no planeamento estratégico da Câmara, também nos causa alguma estranheza. É óbvio que existe o estrito cumprimento da legislação em vigor no que diz respeito às várias dimensões da igualdade de género e da conciliação entre a vida familiar, pessoal, e profissional. É imposto por lei mal seria se não fosse cumprido, o que seria, de facto, interessante, era concluir-se que a Câmara Municipal de Palmela estava a um passo ou dois mais à frente do que a legislação impõe sobre esta matéria, o que não acontece.

Não poderia deixar de referir a preocupação sobre o facto de a grande maioria das pessoas inquiridas particularmente no caso das chefias, terem um desconhecimento sobre a existência ou não de queixas sobre situações de assédio moral e ou sexual no local de trabalho e mais grave ainda desconhecem normas escritas e procedimentos formais para atuar em caso de apresentação de queixa, acho que há aqui um alerta para a necessidade clara de operacionalizar e constituir mecanismos de prevenção e atuação em situações muito complexas e dotar as pessoas de instrumentos e conhecimentos sobre estas matérias.

Finalmente também de referir que é desolador quando setenta por cento das pessoas inquiridas referem desconhecimento sobre a existência de iniciativas de promoção da igualdade de género destinadas à comunidade envolvente, se há não são visíveis. Há uma diferença entre querer igualdade e fazer a igualdade

e há, de facto, um grande trabalho a fazer por esta Câmara no que diz respeito à implementação deste plano municipal numa altura em que a discussão da temática da igualdade e da não discriminação já vai longa pelo que se torna imperativo que este plano seja repensado e seja adaptado a uma nova realidade, à realidade da igualdade nos dias de hoje que vai muito para além da guerra entre os sexos.

Temos questões territoriais muito disparees no concelho de Palmela, onde as realidades de desigualdade e discriminação são diferentes, e é importante prever ações de acordo com a composição dos tecidos regionais que compõem este município. Serão três árduos anos para tornar Palmela, um concelho onde se vive e respira igualdade.

Termino convicta que, com a concretização deste plano de forma objectiva, e com a implementação das actividades, que irão ser desenvolvidas neste município no próximo biénio a Câmara Municipal de Palmela, será certamente distinguida com o prémio viver em igualdade pelas boas práticas na integração da dimensão da igualdade de género cidadania e não discriminação, sendo reconhecido este município como um dos melhores locais para viver em igualdade, à semelhança do que tem acontecido com concelhos vizinhos e é com este claro voto de confiança que a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta.

Disse Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Srs. Membro da Assembleia, muito bem, prescinde da intervenção.

Alguma intervenção, mais?

Continua a bancada do PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Maria Rosa Pinto.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Ainda há muito a fazer em Portugal e também no concelho pela igualdade e não discriminação. Concordo com muitas das coisas aqui afirmadas pela Patrícia Caixinha. Em todo o caso, direi mais: este Plano é de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e quatro, o que quer dizer como estamos em setembro, vai ser praticamente dois anos para ser posto em acção. Vai requerer efetivamente um esforço adicional das pessoas que trabalham na Câmara e das entidades envolvidas.

O nosso voto será favorável e já agora a “talhe de foice”, uma vez que também trouxeram aqui a causa Palestiniana, a quero aqui trazer a causa do Afeganistão e o retrocesso que as mulheres do Afeganistão estão a ter neste século XXI.

E é só.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão?

Isto é não havendo questões, Sr. Presidente da Câmara, não sei se quer entretanto, adiantar.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Se me permite Sra. Presidente, responder ao Sr. Membro da Assembleia, Colin Marques, as ações não é para o universo de trabalhadores são abertas a todos e a todas, nós não podemos obrigar as pessoas a interessarem-se sobre essa matéria ou a frequentarem as ações, mas há aqui também aqui alguma confusão relativamente ao plano, talvez por desconhecimento, disponibilidade para ler toda a documentação sobre a matéria. Esta questão é para levar para a comunidade e nós fizemos trabalho que lamento que desconheçam

porque ele foi divulgado também nestes relatórios, nós até fizemos ações de formação para bombeiras e bombeiros, já fizemos com o Centro de Formação de Santiago, ações de formação no passado para vários agentes educativos e, portanto, há aqui um património de trabalho pré plano que aliás devia constituir somos práticos reflexivos, temos que partir das práticas que temos também, e do diagnóstico daquilo que temos para depois visar um plano que não podem ser ignorados. A Sra. Membro da Assembleia, Patrícia Caixinha fez referência a municípios, eu também conheço muitos municípios que foram dos primeiros a ter plano e também da área partidária de V. Exas., em que o resultado é zero, tinham um plano feito, e nós sem plano temos trabalho feito nesta matéria.

Quem ministra as ações, naturalmente, as entidades habilitadas, certificadas, acreditadas, um conjunto de entidades académicas e associações ligadas a estes organismos que não poderia ser de outra forma e temos obviamente também recursos humanos no interior da organização com credenciação para tal.

Eu quero recordar que nós temos uma conselheira para a igualdade, que tem vindo a ter formação nesta área na SIG, mesmo em fevereiro deste ano já houve ações desta área, há também ações de formação para técnicos de apoio a vítima, com a participação de técnicas da Câmara Municipal de Palmela e outros profissionais de diversas organizações que atuam no território e, portanto, também para responder ao Sr. Membro da Assembleia Colin Marques, os Recursos Humanos por género, etc., etc., eu recorro que podem encontrar isso aqui sempre detalhado e actualizado na página doze do relatório, fica a saber que somos de facto, uma organização no feminino há muitos anos e reconhecida por instituições da matéria que têm vindo, não é só no dia "8 de Março" que cá vêm aos debates e as reflexões e às tertúlias com as trabalhadoras, noutros fóruns tem referido precisamente que esta organização é um organização que nessa matéria está à frente de muitas outras, até o número de dirigentes, e podem confirmar no quadro que está na página dois, naturalmente, não há discriminações salariais nesta matéria, nem podia haver é uma questão de lei, portanto, eu não aceito a referência que a Sra. Membro da Assembleia diz "*de perder o comboio*", não, nós já temos o comboio em andamento há muito tempo Sra. Membro da Assembleia.

Este documento obviamente não tinha que, retratar de tudo aquilo que foi feito, tinha que ver o que é que a organização pensa sobre o assunto e naturalmente, o que nós constatamos é que, de facto, a organização desconhece inclusivamente conceitos e, por isso, queremos investir mais também na formação e na consciencialização no interior, mas, às vezes, as pessoas não reconhecem, porque não sentem a falta e se não sentem a falta, é porque estas matérias até são bem tratadas na organização e eu recorro de outra coisa que foi dita até na Reunião de Câmara em que alguém dizia "*Os trabalhadores não conhecem isto da conciliação entre a vida profissional e familiar*", eu acho que esta organização nessa matéria tem práticas, tem plataformas de horário, etc., etc., como poucas, têm, uma organização contém quarenta e sete por cento dos trabalhadores com horário flexível para permitir precisamente a conciliação entre a vida profissional e familiar eu pergunto-lhe quantas é que têm e depois há que ter em consideração também a natureza e a missão de outras brigadas, etc., que têm jornada contínua, que têm horário específico, esta é uma organização que até na atribuição das questões, das licenças de parentalidade, etc., etc., encara de igual modo o exercício dos direitos parentais, enfim, não é apenas no cumprimento da legislação, nós também incentivamos. Agora isto é um plano prospetivo, ainda bem que há aqui indicadores que apontam para a necessidade de divulgarmos mais, de trabalharmos mais, de fazemos mais ações e, sobretudo de tornar esta matéria, uma matéria assumida e interiorizada por outras organizações, isto é para o município, não é só para a Câmara Municipal, nós queremos por as empresas a fazer a mesma reflexão e a estarem imbuídos destes mesmos princípios as nossas colectividades, as nossas instituições, toda a rede, na parte do terceiro setor e na rede social também, as questões do género, não é só serem maioritários as trabalhadoras nessa área, interessa também perceber aí sim, se os seus direitos e se essas questões de igualdade género, estão devidamente equilibradas e, portanto, nós queremos assumir a responsabilidade de com as cidadãs e os cidadãos fazermos este caminho de disseminação destes princípios e tomar também um conjunto de outras medidas que acabam por entroncar aqui na prevenção, da violência doméstica, da discriminação, enfim, até podemos meter aqui o Gabinete de Apoio ao Imigrante, vamos por aqui uma série de outras respostas que concorrem para uma cidadania plena e para uma verdadeira igualdade de oportunidades para todas e para todos.

Temos consciência que há muito trabalho ainda para fazer, mas também temos o dever que referir que não estamos propriamente parados na estação, o comboio já está em andamento há algum tempo.

Disse, Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

“Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia, proponho a votação deste ponto.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oitos votos a favor (quinze da CDU oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e um do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

“Passamos ao ponto seguinte, Sr. Presidente eu ia pedir-lhe que tentássemos ser o mais breve.”

PONTO TRÊS – Regulamento Municipal de Teleassistência.

O Sr. Presidente da Câmara:

“Obviamente, que não vou ler a proposta, trata-se do Projecto Regulamento Municipal de Teleassistência, nós já temos a teleassistência a funcionar, foi operacionalizada com um conjunto de critérios que foram definidos até por um de parceiros da rede social, a quem deveríamos atribuir às pessoas mais isoladas, etc.,etc., com informações técnicas dessa natureza, mas considerámos que valia a pena ter um regulamento com os critérios com a instrução dos processos, etc., etc., esteve sujeita a consulta pública, não houve contributos e, portanto, vem diretamente para apreciação e aprovação, da Assembleia Municipal e penso que é um bom instrumento, temos sempre um regulamento que define claramente os critérios de admissão, as escolhas, as prioridades, etc., é uma coisa transparente e necessária.

Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta?

Tem a palavra Sra. Membro da Assembleia, agora o Partido Socialista, Dulce Marques, por favor.”

A Sra. Maria Dulce Marques do PS:

“Boa noite, na pessoa da Sra. Presidente que saúdo todos os presentes nesta Assembleia, bem como todas as pessoas que nos acompanham via digital, desejando que se encontrem bem e que tenham tido um merecido período de descanso.

Relativamente a este terceiro ponto muito rapidamente, uma primeira nota respeitante ao título do ponto em si, ou seja, e corrijam-me se estou enganada. Esta Assembleia apreciar e a deliberar será o Projeto de Regulamento Municipal de Teleassistência e não o regulamento em si.

Dito isto, sem dúvida alguma que é motivo de congratulação o passo que se encontra a ser dado com a criação de um serviço de teleassistência para os municípios de Palmela mais idosos, que permita entre outros objetivos constituir-se como uma resposta imediata em situações de emergência, urgência e ou solidão, estou a citar o que consta nesta proposta.

Tratando-se de um programa social municipal gratuito é uma importante alternativa aos serviços privados já existentes, nomeadamente no Montepio, MEO, por exemplo, porém, importa aqui deixar algumas breves notas, questões, e sugestões no sentido da melhoria deste projeto de regulamento a saber. No preâmbulo é referido o quadro demográfico, mas não é clara a caracterização efetiva do Concelho de Palmela, tendo em

conta o diagnóstico social do concelho e, nomeadamente também, agora, os mais recentes dados dos "Censos".

Aproveito também para perguntar qual é que é o número de idosos que este serviço irá abranger, qual é o universo. O Sr. Presidente acabou de referir que já está em funcionamento e eu pergunto quantas pessoas é que estão neste momento a utilizar este serviço, também número de equipamentos que estão aqui em questão, qual o investimento previsto e como é que está pensada a monitorização desta resposta social, se é que é possível dar essa informação neste momento.

Ainda no preâmbulo, e é um detalhe ao nível da redação no quarto parágrafo parece haver um "que" a mais na quarta linha, já agora fica a nota.

Uma outra nota, prende-se com a definição de situação de isolamento ao qual deveria no nosso entender, aparecer no artigo terceiro onde constam as definições e não no artigo sexto, e por último, quiçá, a nota essencial associada ao objetivo principal do presente serviço, o qual relembro, constituir-se como uma resposta imediata em situações de emergência, urgência e ou solidão, ora bem será "ouro sobre azul" que este seja um serviço não discriminatório, menos burocrático em que se verifique a universalidade de acesso e que não se limite aos munícipes em situação económica desfavorecida.

Efetivamente, a solidão e o isolamento não escolhe classes sociais, como todos sabemos, naturalmente votaremos a favor desta proposta de regulação pela sua pertinência, mas gostaríamos que estes possíveis melhoramentos que fossem tidos em conta.

Disse, obrigada pela atenção."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, dou agora a palavra ao PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Não sei se se recordam, havia um programa em que uma frase era "*Se bem me lembro*" e parafraseando esse grande interventor televisivo, se bem me lembro e sendo agora apresentado o Regulamento Municipal de Teleassistência, com o qual nos congratulamos e votaremos favoravelmente, quero aqui lembrar que já há dezasseis anos, o então Vereador do PSD, Octávio Machado apresentou esta proposta e portanto, ao fim destes longos dezasseis anos, congratulamo-nos com este Regulamento Municipal. Embora o Sr. Presidente tenha dito que já está em vigor a ação, o regulamento só vem agora, bem como outros regulamentos. Foi escolhido o último dia da Assembleia Municipal, para virem à última Assembleia Municipal. Em todo o caso diremos aqui quanto ao artigo oitavo, que fala aqui em outros documentos considerados pertinentes para a avaliação da candidatura. É certo que muitas vezes aqui é referida a situação de insuficiência económica, mas também é deixada à margem para outro tipo de situações que podem não ter insuficiência económica e ter solidão e portanto, vemos aqui esta abertura.

Depois há aqui no artigo doze, transmissão do tratamento dos dados pessoais, que esperemos que neste município esteja a funcionar, ao contrário de outros, e, portanto, congratulamo-nos efetivamente e votaremos favoravelmente esta proposta."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma intervenção sobre este assunto?

Sr. Presidente, podemos..."

O Sr. Presidente da Câmara:

“Queria só aqui fazer duas considerações e esclarecimentos, obviamente, já não estamos na fase de projeto, isto capeia, trazemos o regulamento propriamente dito à Assembleia. Houve um período de consulta pública e discussão e obviamente, alguns contributos sem prejuízo, aqui das corrigendas, etc., que anotaremos, mas outros contributos mais substanciais que levassem à alteração do regulamento teriam que ser dados em tempo próprio e não agora, em todo o caso os regulamentos depois alteram-se ao longo dos anos e podemos sempre modifica-los.

Aproveitaria as questões, sobretudo para clarificar que, neste momento, temos setenta e sete utentes em tele assistência e que o objetivo imediato é duplicar este número, e naturalmente, tem que haver aqui critérios quer de natureza económica, mas sobretudo também os critérios que dizem respeito ao nível de isolamento e de dependência de alguns cidadãos e isto é tudo avaliado tecnicamente, é assim, para esta matéria como e para outras matérias, para outros apoios de natureza social, sejam eles do Estado Central, ou do Estado Local. Nós começamos este projeto, no âmbito do percurso em rede para a inclusão ativa, esse projeto já não terá financiamento, a partir de agora será um projeto exclusivamente financiado pelo orçamento municipal e regulado por este instrumento. Vamos sempre através das comissões sociais de freguesia, e da rede social, identificando e chegando às famílias e aos idosos que mais necessitam desta tecnologia. Também através das Associações de Bombeiros que muitas das vezes são quem nos sinalizam situações mais complexas, porque, às vezes a família, a família também não recorre ou não conhece e portanto tem sido os Bombeiros, também a sinalizar a par das nossas Juntas de Freguesia.

Neste projeto este ano, por exemplo, para ter uma ideia houve trezentas e dezasseis interações e incidências, houve gente que recorreu trezentas e dezasseis vezes, a necessidade de um apoio, uma conversa, de um pedido de auxílio, de um pedido de encaminhamento de questões, mas isto é um número que vale, aquilo que vale, o que interessa é que as pessoas estão tranquilas o aparelho tem um mecanismo de alarme para as situações mais complexas facilmente acionável e depois tem sempre também, alguns quando não telefonam este projeto também vai ao encontro das pessoas, de vez em quando pergunta-se como é que elas estão, no dia do aniversário também se telefona para saber como é que as pessoas estão, enfim, não estamos só à espera também das interações, estas incidências tem que ver com a iniciativa das pessoas, porque praticamente os contactos está-me o Sr. Vereador a dizer, são quase diários, incidências são mesmo incidentes, era o que o Sr. Vereador estava a querer que precisasse e agradeço-lhe o apoio.

Com este primeiro Regulamento, vamos também testar da sua validade, e da sua eficácia, para chegarmos às pessoas que mais necessitam desta tecnologia e deste apoio.

Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar esta proposta de regulamento.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oitos votos a favor (quinze da CDU oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e um do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

“Passamos ao ponto quatro Regulamento Municipal Serviços Abastecimento de Água e Saneamento.”

PONTO QUATRO – Regulamento Municipal Serviços Abastecimento Água e saneamento Águas Residuais Urbanas.

O Sr. Presidente da Câmara:

“Sra. Presidente à semelhança de outras propostas, solicito que sejam pelo menos as propostas transcritas na íntegra para a ata e vou procurar resumir no âmbito da legislação aplicável, o município sempre dispôs do regulamento, o último remontava a dois mil e doze, mas considerando várias alterações a nível legislativo, carecia de atualização.

O ano passado em Reunião de Câmara o projeto de alteração ao regulamento, foi aprovado, sobretudo para se dar início à fase de consulta pública do projeto de alteração, do então regulamento. Foi possível a quaisquer interessados apresentarem por escrito sugestões fundamentadas, consideradas relevantes. O Projeto foi publicitado no sítio da Internet nos Serviços de Atendimento, nas Juntas, mas foi também remetida comunicação por um conjunto de entidades cuja relação com este setor, são fundamentais, nomeadamente a SIMARSUL, porque em matéria de saneamento tem a rede em alta e, portanto, também impõe parâmetros de entrega da rede em baixa. A AIA - Assembleia Intermunicipal de Água da Região de Setúbal, a Autoridade de Saúde, os municípios vizinhos, e a Águas do Sado, neste caso a entidade gestora de um dos municípios vizinhos, porque estamos aqui também em fornecimentos, a uns, e outros, contíguos, temos aqui também em cima do mesmo aquífero, e foi também remetido para parecer da entidade reguladora que é, de facto, aquela entidade que é mais incisiva e mais atenta a este conjunto de questões.

Depois tivemos uma fase em que houve aqui um período de prorrogação de prazo, foi solicitado pela Volkswagen Autoeuropa, e deu-se mais quinze dias, porque quiseram também fazer chegar as suas questões que no fundamental tem que ver também com os problemas dos parâmetros de descarga sobretudo das questões das pinturas e da decapagem que costumam ter problemas de tratamento nas ETAR e, depois a SIMARSUL, também colocar problemas, isto quando aquilo não bate lá certo nos parâmetros, que eles dizem que em Portugal somos muito exigentes nessa matéria, mas os parâmetros são definidos também pela Agência Portuguesa do Ambiente, que criam ali uma afinação, este assunto já é muito antigo, questões desta natureza com o Parque Industrial da Autoeuropa, mas pronto, procurou-se ver dentro da legislação e das normas técnicas aplicáveis aquilo que era possível acolher para nem a Europa, nem a SIMARSUL, e muito menos, o Município, alguma vez venham a ser multados pela Agência Portuguesa do Ambiente nesta matéria.

Depois, também houve contributos da SIMARSUL, da ARSLVT e da própria Autoeuropa, após esta fase, o intenso trabalho dos nossos serviços, seja da respectiva Divisão e Departamento, mas, sobretudo também jurídico onde foi possível acolher alguns dos contributos, outros não tinham enquadramento para o efeito.

Houve aqui as principais propostas aprovadas e alterações, que teve que ver com a inclusão de regras que permitem a transmissão da posição contratual, alteração de algumas normas relativas à estrutura tarifária, e tudo isto tem que ver também com recomendações da ERSAR, alteração de alguns requisitos relativos à faturação, alteração dos critérios relacionados com o pagamento em prestações, inclusão de normas relativas à resolução de litígios e arbitragem à proteção de dados, isto é aquela parte mais de texto jurídico depois houve outras questões mais técnicas das águas que também foram acolhidas e, portanto, as alterações decorrentes deste período de discussão traduzem ligeiras melhorias de redação e de caracterização de alguns conceitos, reforços de direitos dos utilizadores e das utilizadoras e, portanto, também houve acolhimento de propostas da Entidade Reguladora, aquelas que nós achamos que estão enquadradas com a lei, porque a Entidade Reguladora às vezes quer ir além da lei, também acontece o que é estranho.

Depois houve um dos pareceres da ERSAR, que também, veio fora de prazo, mas nós ainda assim consideramos aquilo que era fundamental e essencial. Está aqui um intenso trabalho e era importante atualizar este regulamento, creio que ficou para além de atualizado, mais moderno e sobretudo mais atento às melhores práticas e também à melhoria da comunicação e da defesa dos direitos dos utilizadores e da preservação, naturalmente do ambiente e da água.

Disse Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões sobre esta proposta por favor?

Tem a palavra Sr. Membro da Assembleia António Godinho.”

O Sr. António Godinho do PS:

“Obrigado Sra. Presidente, saúdo na sua pessoa todos os presentes.

Depois de lido, confesso que não na sua total extensão das cento e duas páginas, o Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, não foram detetadas roturas comprometedoras, e, por isso, o Partido Socialista irá aprovar o presente regulamento. Apenas uma nota: no artigo 9.º, princípios de gestão, no ponto b), é referido o princípio da garantia da qualidade e da continuidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores e a alínea a) do artigo 11º, deveres da entidade gestora, informa que esta entidade deve fornecer água destinada ao consumo público com a qualidade e quantidade necessária ao consumo humano, nos termos fixados na legislação em vigor.

Os utilizadores do Pinhal Novo ficam com a esperança que estas duas alíneas destes dois artigos sejam realmente cumpridas porque, até agora, as variações de pressão de água e, demasiadas vezes, a falta de pressão da mesma, colocam sistematicamente em causa a qualidade do banho diário, muitos utilizadores, estou a pensar num em particular, já desistiram de ligar o esquentador no máximo, pois só a meio gás se consegue um duche de qualidade, quantidade e continuidade aceitáveis. Fica então a esperança.

Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada Sr. Membro da Assembleia, António Godinho.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, outras intervenções?

Vou passar a palavra ao PSD/CDS, Maria Rosa Pinto.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Primeiro que tudo, isto quase não é um regulamento, quase é um código. Com tanto artigo que tem, até eu tive que estar aqui a ler atentamente. Relativamente às bocas de incêndio, há aqui as que são incorporadas, por exemplo, nos imóveis, nos prédios, algumas obrigações para os condóminos e para as Administrações dos prédios, eu acho que faltava aqui também a responsabilidade para a Câmara rever como estão as bocas de incêndio que proliferam até fora dos prédios e que não têm a devida manutenção e sobre as quais eu também já enviei algumas situações pontuais.

Tirando esse aparte direi que há aqui uma parte que transcreve praticamente a lei, mormente no que diz respeito aos seis meses após o qual as dívidas prescrevem nestas prestações de serviços. Não sei como é que se encontra atualmente a cobrança das dívidas da água no município. Houve uma altura que havia execuções que já deviam estar prescritas há anos, segundo aqui constatámos. Não sei como é que está esse ponto da situação agora. Em todo o caso, tinha aqui só dois ou três considerandos, já referi esse do artigo 48º, das redes que estão instaladas nos prédios.

Depois no artigo 61º, efetivamente a obrigatoriedade é de duas leituras por ano e as outras, pode ser por estimativa. Eu pensava que alguns eram contra as estimativas de algumas entidades privadas, pelos vistos, não são. Não sei se haverá intenção de os contadores futuros serem inteligentes, mas não tão inteligentes como alguns da “EDP” que acho que leem a mais. Portanto, convém serem uns que leiam bem. É certo que as pessoas podem dar as suas leituras, mas se fosse eu a decidir punha as leituras com mais frequência.

Relativamente ao artigo 77º, aqui nas taxas variáveis e ao artigo 78º, eu acho que elas se mantêm, mas queria que o Sr. Presidente nos confirmasse aqui nesta Assembleia, pois eu, por acaso, isso não tive tempo de ir ver.

O tarifário no artigo 90º refere que, o tarifário é aprovado pela Câmara até ao termo do mês novembro de cada ano civil, não sei qual vai ser o executivo, mas vão manter concerteza os valores.

As leituras reais, as estimativas, aqui no artigo 93º do pagamento a prestações, há aqui a necessidade da comprovação da situação económica, que isso já existia, no entanto, poderá ser autorizado o pagamento em prestações, quer dizer, o pagamento em prestações legalmente tem que ser aceites, podem ser cobrados é juros, claro que a vontade da entidade também é relevante, aqui é um acordo entre as partes, mas pronto, este artigo aqui no seu número 2, talvez possa ser melhor estudado noutras circunstâncias, é só, a minha questão é sobretudo quanto à manutenção das taxas, relativamente ao consumo.

Obrigada.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Sr. Presidente da Câmara, rapidamente por favor.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Relativamente às taxas que não são taxas, são tarifas, é competência da Câmara Municipal e, portanto, o Órgão Câmara é que delibera sobre essa matéria e a seu tempo decidirá e cada força política tem feito as suas opções neste domínio, apenas esclareço V. Exas., que somos, de facto o Município a par da Moita, neste momento e a Moita sobretudo na componente água, não nos outros componentes, que o tarifário mais barato da Área Metropolitana de Lisboa, para as famílias, sobretudo, para as empresas também, mas, depois noutros escalões já não acontece com o princípio de quem utiliza muito, tem que ser penalizado para reduzir os consumos.

Depois há outras questões técnicas, que são efetivamente assim, da legislação e quero esclarecer face à tirada irónica do Sr. Membro da Assembleia que uma questão são interrupções de serviço, cortes programados, também está legislado e portanto a ERSAR regula e controla estas questões de todas as entidades gestoras, e outra questão, são as futuras por incidentes na rede, incidentes técnicos, até recentemente tivemos umas roturas que nem tem estado nada que ver com a robustez de redes, nós, até estimamos algumas e já mandámos instalar uns aparelhos que até tem que ver com picos e alternâncias de níveis de corrente elétrica nas bombagens e nalguns depósitos, enfim, estamos a aferir isso com a EDP, mas queria sobretudo dizer que essas questões estão reguladas, e mesmo onde se verificou, por vezes abaixamento de pressão, uma coisa é devido a operações na rede, roturas ou reparações onde se verificava falta de pressão, todas as medições de pressão efetuadas, estavam solicitadas por esses municípios reclamantes, estavam acima dos valores legais, embora para determinados edifícios plurifamiliares pudesse estar um pouco mais acima, porque tem uma variável e, portanto, tudo isso é reportado também à entidade reguladora obrigatoriamente, que faz depois a avaliação de desempenho dos municípios nessa matéria.

Este é o regulamento, decorre da lei, e nós queremos cumpri-lo prestando um melhor serviço nesta matéria aos nossos munícipes, aos consumidores particulares e empresas.

Disse Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, podemos votar esta proposta.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oitos votos a favor (quinze da CDU oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e um do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

“Passamos ao ponto cinco, Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal, Sr. Presidente.”

PONTO CINCO – Alteração aos art.ºs 11º e 32º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Palmela.

O Sr. Presidente da Câmara:

“Trata-se da alteração aos artigos 11º e 32º, têm que ver com a definição da Cercea Modal nos espaços urbanos e também o cálculo do estacionamento automóvel e normas relacionadas que estão, depois também, no artigo 34º e anexo três. Esta alteração surge da necessidade de adaptação dessas normas aos atuais conceitos urbanísticos, privilegiam as operações urbanísticas de consolidação dos aglomerados urbanos, através da recuperação, reabilitação e regeneração dos espaços urbanos incrementando também a sua vivência com a existência de comércio, serviços e outras atividades à permanência de pessoas, e usufruto de espaços urbanos.

Vamos lá a ver, as normas de estacionamento, constantes no PDM, foram até importadas na sequência de uma portaria já posterior, à aprovação do PDM em dois mil e um, se não estou em erro e essa portaria era e ainda bem, um pouco restritiva, porque estávamos numa fase em que havia cada vez comércio e serviços com a necessidade de mais lugares de estacionamento porque também passaram a ser as pequenas, médias, e grandes superfícies, e por aí fora, mas, de facto, a importação dessa norma e dessas portarias tem vindo a colocar alguns problemas àquilo que se pretende na morfologia urbana deixar a coexistência de outras funções, que não apenas o uso habitacional, e nos espaços urbanos consolidados já não dá para aplicar uma norma que é sobretudo feita para os novos espaços urbanizáveis, nomeadamente em matéria de loteamentos, mas a gente não pode exigir a um comércio que passa de comércio para serviços, o mesmo número de lugares de estacionamento no Centro Histórico, ou na zona sul de Pinhal Novo cujos arruamentos têm determinado perfil, e no conceito de quarteirão, àquilo que se faz hoje num novo loteamento e isto tem, colidido um pouco até que o objetivo da reabilitação urbana e da regeneração e da dinâmica das funções dentro dos espaços urbanos consolidados, e foi isso que presidiu a esta nova arrumação sob pena de nunca se conseguir licenciar determinados usos de comércio e serviços, que são vitais para a vivência desses espaços.

Depois, por outro lado, a questão da cércea modal quando mexemos nalguns quarteirões que, outrora eram, sobretudo constituídos por edifícios de r/c, máximo de dois pisos, etc., o conceito que tínhamos no Plano Diretor, também não estava devidamente claro e consolidado mesmo entre a análise técnica e jurídica e, portanto, é pena não termos conseguido fazer isto há mais anos, mas a partir do momento em que vimos que havia caminho sem estarmos à espera do novo Plano Diretor Municipal para procurar ganhar tempo, desenvolvemos este processo, ele foi muito bem acolhido por requerentes, por técnicos, por urbanistas e, portanto, trazemos aqui a deliberação da Câmara estas propostas, que vão facilitar a dinâmica e a requalificação urbana neste espaços já consolidados.

Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta? Sobre esta alteração há alguma questão?

Votamos.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oitos votos a favor (quinze da CDU oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e um do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

“Passamos ao ponto seis, Espaços Canais da Variante ao Pinhal Novo.”

PONTO SEIS – Espaços Canais da Variante ao Pinhal Novo e da Via Circular-Sul/Alternativa à EN379: Declaração de Caducidade; Alteração por adaptação e Anulação de anterior procedimento de alteração ao Plano Diretor Municipal.

O Sr. Presidente da Câmara:

“Procurarei resumir solicitando transcrição na íntegra da proposta se fizer o favor, Sra. Presidente.

Em sete de julho, a Câmara Municipal aprovou por unanimidade o início de um procedimento de alteração ao PDM, tendo em vista, retirar o espaço-canal da via variante A 252 em Pinhal Novo, por várias razões que passo aqui a recordar primeiro, a via variante até aquela que mereceu protocolo para se construir, já há muitos anos que havia o estudo a nascente, depois houve o protocolo com a LogZ e as Estradas de Portugal, assinado pela Sra. Presidente à época com a LogZ, por aí fora, para essa mesma variante a nascente e todos os estudos que existem no PDM e em negociações com os vários organismos da administração apontam, de facto, para uma outra variante menos impactante, mais curta, menos limitadora de projetos que existem para o território e que passaria a poente.

Lográmos chegar a essa conclusão e reunir essa visão e essa unanimidade, mas entretanto, quando estamos a desenvolver o processo para fazê-lo chegar a outras entidades a nossa divisão jurídica e bem, voltando e compulsando de novo o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, conclui depois de clarificar que os espaços-canais estabelecidos no atual PDM, se encontravam abrangidos pelo conceito de reserva de solo, também estavam sujeitos ao regime de caducidade previstos nesse regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial no seu artigo 154º, que tendo sido publicado em dois mil e quinze, dizia que havia cinco anos para que caso aquilo não se fizesse lá nada, que deixaria de vincular e, portanto, passariam a vigorar apenas as regras de uso do solo que existentes para além desse espaço canal. Ou seja, do ponto de vista técnico esta definição é dispensada quando o plano territorial vigente tiver previsto o regime do solo supletivamente aplicável o que acontece no nosso Plano Diretor, portanto, este ato que procuramos praticar, com boa intenção, e de boa fé, revelou-se desnecessário dado que o regime jurídico já permitia a dispensa dessa outra deliberação.

Considerando que continuamos a ter no Plano Diretor a atribuição de categorias de solo à totalidade da área abrangida pelos espaços canais, ou seja, não há aqui depois um vazio legal, as categorias de solo que existem RAN - Reserva Agrícola Nacional, Rede Agrícola Nacional, REN - Redes Energéticas Nacionais, etc., isso fica lá tudo na mesma, e que este regime jurídico o permite passado cinco anos, deixar cair estes espaços, o que se propõe é que a Assembleia por um lado, permita, anular a deliberação que já aqui tínhamos procurado trazer e que foi aprovada na Câmara Municipal a sete de julho de dois mil e vinte e um, que impulsionava o processo de alteração do plano ao abrigo do artigo 164º e seguintes do Código Procedimento Administrativo que a Assembleia aprove a declaração da caducidade das reservas de solo correspondentes aos espaços-canais assinalados na planta anexa e nomeadamente da via variante ao Pinhal Novo e a via circular sul alternativa à EN/379 também, ao abrigo então do artigo REGIT que permita essa caducidade e a alteração por adaptação do PDM destinada a conformar a planta de ordenamento à aludida caducidade, ainda condicionada à efetiva declaração de caducidade reserva de solo que só pode também ser aqui aprovada por esta Assembleia Municipal.

Para além desta componente técnica da proposta a questão política é muito importante, este espaço canal da variante, sobretudo para a 252 em Pinhal Novo, para além de, infelizmente, ninguém lá ter feito nada tem sido um ónus muito lesivo dos interesses particulares e empresas nesta zona. Ao longo de muitos anos, existiu um espaço canal de quatrocentos metros no qual ninguém podia ali legalizar, construir, ter qualquer atividade e uma vez que o REGIT permite esta caducidade não faz sentido, estarmos à espera também do novo Plano Diretor Municipal para ter, o tal outro, espaço canal alternativo para duzentos e cinquenta e dois ou mesmo para a trezentos e setenta e nove, que até terá troços idênticos, não vale a pena esperar e isto

permitirá não só regularizar um conjunto de habitações e de atividades sejam elas pecuárias, industriais e outros que estão ali nas imediações e a conflitar com um espaço canal que, afinal, ao longo destes anos, nenhuma estradas de Portugal, Infraestruturas de Portugal, ou o Governo entendeu fazer esta variante.

E era isto Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Alguma questão Sras. e Srs. Membros da Assembleia?

Sra. Membro da Assembleia, Rosa Pinto.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Eu, realmente custa-me a compreender como é que na última Assembleia Municipal, se vem aqui tratar do espaço canal, até faz verso, porque efetivamente estes problemas já existiam há muito tempo, já deviam ter sido devidamente estudados e se a hipótese existia desta solução, não era agora quando estamos em gestão, só a praticar atos de gestão a Câmara Municipal...”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Desculpe?

Estamos em gestão?”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Foi o que o Sr. disse há bocado ao Colin...”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Isso é a partir das eleições, Sra. Membro da Assembleia.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“A Assembleia Municipal tem os devidos poderes. Em todo o caso também me assiste o direito de lhe dizer isto Sr. Presidente, estamos em democracia, não precisa de levantar os braços porque não vale a pena consumir as suas energias. É um momento que eu não considero adequado politicamente e se o Sr. com esta solução quer recolher mais votos pois que recolha, eu pessoalmente dou liberdade de voto à bancada e efetivamente eu abster-me-ei por razões políticas e não enquadramento político neste momento. O Sr. arranja soluções para os munícipes, problemas que já existiam há anos e, portanto, não considero que na última Assembleia tenhamos aqui este “arrasado” de regulamentos e não me venham dizer que é da pandemia que eu estou cansada dessa conversa até o digo às finanças.

Eu abster-me-ei, não porque sou contra os proprietários ou as indústrias e tudo mais, mas porque estou aqui para defender o interesse público e em época de eleições não considero adequada esta proposta.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Mais alguma intervenção Srs. Membros da Assembleia?

Sr. Presidente da Câmara rapidamente, está bem, peço desculpa, mas...”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Não, não tenho, se calhar, eu gostava de ver a Dra. Rosa Pinto era, se calhar a retratação, porque é que os governos do seu partido desde mil novecentos e noventa e sete incumpriram um compromisso para com o Concelho de Palmela que é fazer uma variante naquele espaço canal, já quer falar de política falamos abertamente. A proposta é clara, Sra. Presidente foi bem estudada, juridicamente, isto foi na altura aprovado, tendo em vista acolher também grandes investimentos e projetos de interesse nacional para o concelho, os senhores que falam tanto em defesa do investimento e dos empresários e, portanto, ainda bem que houve aqui um regime que até permite que isto seja feito o mais depressa, e que facilita a vida a centenas de pessoas que desde a Fonte da Vaca, Carregueira, Terrim Norte, Vale do Alecrim, têm vida suspensa há muitos anos para uma coisa que nenhum Governo teve a coragem de cumprir e fazer no nosso território.

Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Muito bem.

Vamos votar.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, um do MIM e um do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Proposta seguinte Sr. Presidente ponto sete.”

PONTO SETE – Descentralização de competências para as freguesias – manutenção de competências na área de intervenção da Câmara Municipal.

O Sr. Presidente da Câmara:

“Trata-se do processo de descentralização de competências para as freguesias e visa trazer à consideração da Assembleia e manutenção de competências na área da intervenção da Câmara Municipal como essa mesma lei prevê. A lei estabelece o quadro transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios de subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

O Decreto-lei nº 57/2019, de trinta de abril veio concretizar a transferência dos municípios para os órgãos das freguesias, nos termos previstos da legislação aqui aduzida, das seguintes competências:

- a) A gestão e manutenção de espaços verdes;
- b) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- c) A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
- d) A gestão e manutenção corrente de feiras e mercados;
- e) A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;
- f) A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;
- g) A utilização e ocupação da via pública;

- h) O licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo;
- i) A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão;
- j) A autorização da colocação de recintos improvisados;
- k) A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição;
- l) A autorização da realização de acampamentos ocasionais;
- m) A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas.

Parte das competências transferidas pelo Decreto-Lei n.º 57/2019 são já exercidas pelos órgãos das freguesias através da celebração de contratos interadministrativos e acordos de execução de delegação de competências, nos termos previstos pelo Regime Jurídico das Autarquias Locais.

De acordo com o n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, "a assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, pode deliberar manter no âmbito de intervenção do município as competências referidas no n.º 1, no todo ou em parte, que se revelem indispensáveis para a gestão direta pelo município e tenham natureza estruturante para o município ou para a execução de missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa do município."

Caso a Câmara Municipal delibere no sentido de manter no seu âmbito de intervenção determinadas competências, a proposta deve ser apresentada à assembleia municipal acompanhada do parecer de cada uma das juntas de freguesia em causa, conforme refere o mesmo artigo.

Neste âmbito, a Câmara Municipal de Palmela realizou reuniões com as três juntas de freguesia e a união de freguesias Poceirão e Marateca a doze e dezoito de março, para refletir sobre o processo de descentralização e apurar quais as competências que poderão ser transferidas para os órgãos das freguesias, depois da devida negociação, e quais as que deverão permanecer no âmbito da intervenção do Município pelas razões acima também já referidas. Dessas reuniões lavrou-se uma Ata, que se anexa à presente proposta.

Assim, considerando que:

- O Decreto-lei preconiza a transferência, entre outras, de competências de elevada complexidade procedimental, técnica e administrativa, algumas das quais concernem a procedimentos de natureza administrativa, com recorrente remissão para a aplicação e verificação de normas legais e regulamentos municipais considerando que;
- As várias autarquias envolvidas identificam como essencial manter sobre a instrução técnica e administrativa desses procedimentos índices dignos não só de fiabilidade, mas também de coerência instrutória e decisória ao longo de todo o território do concelho;
- A repartição das competências de instrução, direção e decisão por quatro entidades distintas não propiciaria tal salvaguarda, preservadora da legalidade, da igualdade e da confiança dos vários agentes;
- Por tais motivos, entende-se estar perante missões de interesse geral e comum a toda a comunidade e território - potencialmente quebrável pela multiplicação de entidades competentes no concelho;

Assim, registando-se, para mais, que o Município tem em funcionamento postos de atendimento descentralizados em todas freguesias (fixos e móveis), capazes de dar resposta às competências técnicas mais complexas, e que as freguesias não possuem recursos humanos qualificados para executar competências de elevada complexidade técnica, propõe-se, para os efeitos previstos pelo n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, que se traga aqui também à Câmara depois da deliberação que a Câmara já aprovou, que se aprove:

1 - A manutenção na área de intervenção da Câmara Municipal de Palmela, das competências previstas nas alíneas g), h), i), j), k), l), m) bem como da alínea d), exclusivamente na parte que concerne aos mercados

municipais de Palmela e Pinhal Novo, do nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril, por se revelarem indispensáveis para a gestão direta do município e sua natureza estruturante, garantindo-se o objetivo do cumprimento dos princípios da proximidade do serviço público e da subsidiariedade das instituições, sem que fiquem prejudicados os princípios da universalidade do serviço público e da eficácia e eficiência da gestão pública, a saber:

- A utilização e ocupação da via pública;
- O licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo;
- A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão;
- A autorização da colocação de recintos improvisados;
- A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição;
- A autorização da realização de acampamentos ocasionais;
- A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas;
- A gestão e manutenção corrente de feiras e mercados, exclusivamente no que concerne aos mercados municipais de Palmela e Pinhal Novo.

2- Solicitar às juntas de freguesia de Palmela, Quinta do Anjo e Pinhal Novo e União das Freguesias de Poceirão e Marateca para que, no prazo para o efeito, reunirão nos seus órgãos, deliberaram também no mesmo sentido e portanto trazemos então à Assembleia Municipal esta decisão.

O que é que eu aqui queria sublinhar como nota de rodapé. Estas competências e foi feito um estudo da complexidade da tramitação, de aspetos depois complicados de fiscalização e também de receita associada ao exercício destas competências e os senhores presidentes da junta e certamente também explicaram isso aos seus executivos e às suas assembleias, concluíram que isto não serve muito o cidadão e as empresas e o requerentes, não é por estar lá que a questão é mais facilitada que constitui uma sobrecarga e uma responsabilidade técnica e administrativa e que ainda por cima, teriam mais despesas do que receita para assegurar o exercício destas competências.

Pelas questões que já aqui aduzimos o facto, de temos atendimentos descentralizados e até de estarmos numa fase, enfim, de digitalização poderá vir no futuro enfim, a tornar estes processos também resolvidos de uma forma mais célere e desmaterializadamente, considerámos por unanimidade, as juntas e a câmara que é preferível manter estas na Câmara Municipal, o que significa que está em manutenção a dos espaços verdes, a limpeza de vias espaços públicos, sarjetas, sumidouros enfim, na generalidade são até competências que já temos contratualizadas por contratos e por acordos de execução com muitas das nossas freguesias, serão matéria que vamos discutir e que entendemos discutir, sobretudo agora após o ato eleitoral já com os novos executivos, para chegarmos à aferição correta das verbas, dos Recursos Humanos, da maquinaria a transferir, porque estas competências vão passar a deixar de ser delegadas por contratos Interadministrativos e acordos de execução, diz que serão competências próprias das freguesias, mas, para isso, é preciso uma intensa negociação e aferição dos meios a disponibilizar no futuro e até das verbas que depois serão retiradas diretamente por via do Orçamento Geral do Estado, serão retiradas diretamente do orçamento municipal e serão transferidas também diretamente para as freguesias, portanto, esse trabalho tem que ser feito com os novos executivos e foi isso que se concluiu do trabalho e da análise feita em colaboração com as nossas juntas de freguesia."

A Sra. Presidente da Mesa:

“Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta?

Tem a palavra PSD/CDS, Maria Rosa Pinto.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Eu não vos quero aborrecer, mas como é a despedida tenho sempre aqui alguns considerandos. Efetivamente não nos vamos opor a esta proposta, se bem que considerava mais adequada sua apresentação já pelo novo executivo, não é verdade? Cá está uma proposta, também antes das eleições, mas compreendemos isso...”

As juntas de freguesia efetivamente a nível do país, não têm a capacidade e isso tem sido demonstrado, mesmo com os acordos de execução, que não conseguem fazer o trabalho, não sei se é por falta de meios, se é por falta de organização inclino-me mais para a segunda.

No que toca, por exemplo, ao mobiliário urbano, também quero aqui dizer que a própria câmara que agora passa os poderes através dos acordos de execução para as juntas, a própria câmara não cuidou do mobiliário urbano.

Eu, dou como exemplo, uma das situações que referi nos portais da Arrábida: a falta de bancos, a falta de pintura e noutras urbanizações também. Estão assim há dois mandatos, portanto, tanto faz estarem num lado como estarem noutra, é uma questão de trabalho. Esperemos que as coisas venham então a funcionar, mas concordo que as juntas não têm a capacidade técnica para acolher algumas destas competências e depois também é a questão do dito “pacote financeiro”. Mas pronto, se o Sr. Presidente diz que vem o “pacote financeiro” vamos votar favoravelmente. Já agora, em termos finais direi ao Sr. Presidente remetendo-lhe o elogio aos nossos governos que o senhor também está a apoiar a “geringonça” e venham lá as obras para a EN/379. Obrigada.”

A Sra. Presidente da Mesa:

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, temos um pedido de intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Palmela, por favor.”

O Sr. Jorge Mares do PS:

“Boa noite Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, nas vossas pessoas, cumprimento toda a Assembleia, público, munícipes, funcionários da Câmara, público que está em casa.

Naturalmente que o Partido Socialista não pode deixar de votar favoravelmente esta proposta, porque é uma proposta que vem ao encontro daquilo que tem sido as suas ideias, as suas aspirações, as suas reivindicações ao longo de décadas. O que se pretende com isto é, de facto, que é um processo de descentralização, competências que acabe ao Partido Socialista e é caro pela coerência que tem tido ao longo destes anos nesta matéria que faz parte, eu costumo dizer do nosso ADN Político, porque consideramos que o país já não é o mesmo, e urgente avançar, avançar na competitividade, avançar na modernidade e isto é um processo evolutivo, portanto, é um processo que não pode voltar para trás, as coisas evoluem e são mais exigentes e, naturalmente que as autarquias e neste caso, as juntas de freguesia são aqueles que estão num patamar, na base junto das populações e que, naturalmente, pela sua vocação de proximidade conseguirão naturalmente responder melhor com mais eficácia às necessidades das populações.

Nestes serviços que ouvimos o Sr. Presidente da Câmara falar, as limpezas da via pública, as zonas verdes, isso é fundamental para a qualidade de vida das pessoas, das populações, e é por isso mesmo que eu julgo que este processo é um processo difícil de implementar. Na minha opinião, é quase uma revolução que pode existir dentro do poder local democrático quer ao nível das juntas, também, quer ao nível das câmaras porque as câmaras também estão envolvidas neste processo num patamar acima, mas eu diria que nesta revolução que vai haver, eu penso que os portugueses vão ganhar com isto e o país também, não tenho dúvidas nenhuma e dizer que é difícil, mas vai ser determinante para o entusiasmo de todos nós, eu sinto isso neste

final de mandato, sinto que é preciso, nós autarcas de freguesia, fazermos mais, e melhor, mais e melhor, porque aquelas competenciazinhas que vêm e, para além disso, tem sido uma ajuda grande a própria Câmara Municipal com este processo também de descentralização, dos contratos interadministrativos, tem-se feito trabalho, isso é prova, que se tem feito trabalho, um trabalho sério, um trabalho honesto, um trabalho junto das populações, mas que, naturalmente que isto é preciso passarmos para aquele patamar que é dar competências próprias, como disse, o Sr. Presidente às juntas de freguesia para que elas consigam responder melhor às necessidades e naturalmente que no envelope financeiro e tudo isso que está subjacente, à sustentabilidade financeira é importante, nós conhecermos, sabermos, sermos levados a participar nisso também, porque queremos conhecer o que é que vem aí, qual é a capacidade financeira que está subjacente a este processo.

Dizer-vos isto meus amigos, vamos votar a favor, naturalmente e há um ditado muito antigo que dizia que: *"As autarquias gastam melhor um euro, do que gasta o Estado Central"*, e isso mantém-se, essa ideia do gastar melhor isso mantém-se, e eu penso sempre nisto, e nas juntas de freguesia, naturalmente, isso, aplica-se também às juntas de freguesia, aplica-se a este processo, as juntas de freguesia irão conseguir gastar melhor um euro em benefício das populações, do que propriamente a Câmara Municipal que tem uma máquina gigantesca e não consegue, naturalmente fazer esse acompanhamento mais próximo e mais eficaz desses trabalhos que têm de ser feitos a favor das populações.

Muito obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada, Sr. Presidente da Junta.

Alguma intervenção mais Srs. Membros da Assembleia?

Sr. Presidente da Câmara?

Vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e um do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

"Passamos ao ponto oito, "licença de utilização privativa do domínio público municipal em Pinhal Novo para um posto de carregamento de veículos elétricos" Sr. Presidente não é preciso ler proposta, só adiantar alguma coisa que lhe pareça importante, se não está clara vamos votar."

PONTO OITO – Atribuição de licença de utilização privativa do domínio público municipal, em Pinhal Novo para a colocação de posto de carregamento para veículos elétricos inserido no projeto da ENA, EnerNetMob, no âmbito do Programa Interreg MED.

O Sr. Presidente da Câmara:

"Na prática o que se trata, é conceder o uso privativo do domínio público à ENA para efeitos de colocação de um posto de carregamento elétrico no âmbito, de um projeto a que se candidatou e que o nosso município faz parte e depois, obviamente, este posto será colocado a concurso pela própria Agência de Energia."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Alguma questão Srs. Membros da Assembleia? É mais fácil assim.

Tem a palavra por favor o Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia, António Godinho.”

O Sr. António Godinho do PS:

“Obrigado Sra. Presidente.

Naturalmente todas as ações que vão no sentido de melhorar o ambiente do planeta em que vivemos serão bem acolhidas pelo PS, assim, esta iniciativa de, finalmente, instalar no Pinhal Novo um posto de carregamento de veículos elétricos terá também a nossa concordância, esperemos que estes projetos levem a um aumento de carros elétricos no concelho e que os mesmos possam circular em melhores pisos nalgumas zonas e os seus condutores tenham uma visão melhor de algumas passadeiras.

Obrigado.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Alguma intervenção mais Srs. Membros da Assembleia?

Então muito bem, vamos votar.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e um do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

“Passamos ao ponto nove, empréstimo bancário.”

PONTO NOVE – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de investimentos candidatados ao «Portugal 2020» - Adjudicação.

O Sr. Presidente da Câmara:

“Sra. Presidente, trata-se na sequência da aprovação em Assembleia Municipal, realizada no dia 05 de dezembro de 2019, do recurso ao BEI - Banco Europeu de Investimento, para o financiamento de m conjunto de operações de candidaturas que fizemos ao “Portugal 2020”, conforme notificação que se anexa, o Conselho Diretivo da Agência para o desenvolvimento e coesão procedeu à aprovação de duas candidaturas em falta. Inicialmente até penso que estavam juntas numa única rubrica e que agora estão separadas, “Eficiência energética da piscina municipal de Pinhal Novo” com o montante de financiamento aprovado duzentos e vinte e cinco mil quinhentos e quarenta e quatro virgula treze, e “Eficiência energética da piscina municipal de Palmela”, cento e sessenta e quatro mil setecentos e quarenta virgula vinte e dois, aliás, são duas empreitadas que já temos em curso estão as duas praticamente concluídas e, portanto, o que se propõe é que seja aprovada a contração de dois empréstimos bancários de médio longo prazo até ao montante máximo aqui referidos, trezentos e noventa mil duzentos e oitenta e quatro virgula trinta e cinco ao BEI - Banco Europeu de Investimento linha autarquias, conforme candidaturas aprovadas e nos termos das minutas de contrato de financiamento, reembolsável.”

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem.

Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta?

É clara..."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Sra. Presidente, permita-me só uma breve nota final..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Isso é que era importante, o resto os Membros da Assembleia, leram Sr. Presidente, sim."

O Sr. Presidente da Câmara:

"É mesmo uma breve nota final, mas penso que também é devida esta saudação à Assembleia pela aprovação dos últimos contratos submetidos ao "BEI autarquias", para vos dizer que toda a instrução e todos os processos correram muito bem, todos os contratos aprovados e celebrados até à data obtiveram visto do Tribunal de Contas, trata-se de uma operação, muito bem sucedida, fizemos uma excelente opção de ir a esta linha, porque tem condições obviamente muitíssimo vantajosas. Juro atualmente igual a zero e são empréstimos que não contribuem para o cálculo da capacidade de endividamento e que têm permitido financiar as candidaturas ao "Portugal 2020", infelizmente não na totalidade da parte que ainda necessitávamos mas, tem sido um precioso instrumento de auxílio para cumprirmos o plano de investimentos.

Disse."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta? Questões?

Votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM, e um do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

"Passamos a última proposta, que são os procedimentos para a designação dos elementos do júri."

PONTO DEZ – Procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes intermédios – designação de elementos a integrar os respetivos júris.

O Sr. Presidente da Câmara:

"Sra. Presidente para promovermos aqui dirigentes duas unidades orgânicas de 3º grau, Gabinete de Participação e Cidadania e o Gabinete de Ambiente e Eficiência Energética estabelece também o Regulamento da Estrutura Orgânica e a legislação que o júri seja designado por deliberação da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara e para termos aqui também, gente com reconhecido mérito, profissional, integridade

pessoal e propõe-se para dirigente intermédio de 3º grau do Gabinete de Participação e Cidadania, que o júri seja composto, enfim, não vale a pena ler, os técnicos e dirigentes aqui propostos.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Sr. Presidente, só uma pequena dúvida, quem tem a proposta impressa tem tudo bem, consegue ler? Eu não.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Esta história, do frente e verso, às vezes engana fotocopiado ao contrário.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Muito bem, muito bem, então se conseguem ler não tem problema.

Sobre esta proposta, alguma questão?

Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Agora aproveito para endereçar a V. Exas., a todos, aos funcionários da Câmara e da Assembleia, às pessoas que estão lá em casa, os meus especiais cumprimentos de despedida deste mandato. Em todo o caso relativamente a esta proposta e com especial boa vontade, a composição do júri, não costumamos pôr em causa, mas costumamos abster-nos. Com especial boa vontade, desta vez, votaremos favoravelmente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“A sua última intervenção inteiramente justificada, dou a palavra ao Partido Socialista, Sra. Membro da Assembleia Patricia Caixinha.”

A Sra. Patrícia caixinha do PS:

“Obrigada Sra. Presidente, muito rapidamente, porque a noite já vai longa, só referir que relativamente e, à semelhança de intervenções anteriores, a bancada do Partido Socialista acredita que as pessoas designadas foram escolhidas com idoneidade e seriedade e que tem todo o mérito e toda a credibilidade e competência para ocupar este lugar, pelo que iremos votar favoravelmente a esta proposta, o que continuamos a reiterar é a nosso ver, a importância já também deixada em intervenções anteriores, sobre a mais-valia de incluir neste processo membros de júri, oriundos de entidades e organismos privados cuja área de formação e competência e relevância seja conveniente, abrindo espaço a outras parcerias, sinergias e permitindo que este processo obtivesse uma divisão diferente e externa à Administração Local e certamente bastante enriquecedora do ponto de vista técnico e operacional.

Disse, Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Não sei se o Sr. Presidente da Câmara quer dizer alguma coisa sobre o assunto?

Não?

Vamos votar.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM, e um do BE).

A Sra. Presidente de Mesa:

“Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. trabalhadores da Câmara Municipal, nós terminamos como disse no início, o mandato, brevemente e, portanto, esta é a última reunião, estamos todos muito cansados, como é evidente nesta altura, mas acho que é devido uma saudação muito especial a todos os que participaram nesta assembleia ao longo do mandato, a todos os que fizeram um esforço especial para com a sua intervenção, com o seu trabalho, contribuir para a dignificação do seu funcionamento, naturalmente, não estamos todos da mesma forma nestes órgãos é normal, a assembleia tem exatamente esta característica de espelhar a diversidade das opções e das opiniões dos cidadãos e, portanto, eu acho que cada um à sua maneira, se esforça por honrar esse compromisso que assume com os cidadãos, no momento em que é eleito. A todos, agradeço pela minha parte e julgo que, enquanto representante, neste caso do órgão posso falar um bocadinho em nome de todos acho que foi muito importante o contributo que todos aqui deram com alguns, enfim, fomos criando relações, porque já são muitos anos, com outros nem tanto porque estamos menos tempo juntos, mas quem sabe se viremos a estar no futuro e, portanto, quero deixar um grande abraço àqueles que não integram as próximas listas e que por essa razão, deixarão de ser nossos pares nesta assembleia, quero dizer que acredito, tenho absoluta convicção de que à sua maneira cada um vai continuar a sua intervenção cívica, política e, portanto, continuará a defender os interesses das populações que representam.

A todos muito obrigada, a quem continuar, naturalmente, não vou dizer mais que isto neste momento, espero que nos reencontramos cá, continuação de uma boa campanha para todos, que o ato eleitoral, enfim, agora é mais para quem teoricamente nos poderia ouvir, ou poderá eventualmente a ouvir amanhã que o ato eleitoral decorra com a maior normalidade, regularidade, que possa ter a maior taxa possível de votantes, ou dito de outra maneira, enfim, que a abstenção seja o menor possível, naturalmente é uma preocupação que todos temos e que decorra com toda a normalidade.

Muito obrigada a todos, um grande abraço, pela minha parte agora de uma maneira mais, pessoal, espero que me relevem algum ato menos simpático, nalgum momento, ou eventualmente menos correto de acordo com o vosso julgamento em algum momento, mas é assim, de facto, é isto, sou de todos, somos pessoas e todos temos dias melhores e dias piores, mas acho que no essencial o que fica aqui é um grande respeito por todos e pelo trabalho de todos, muito obrigada, muita saúde e bem hajam sobretudo os que não vão voltar aqui na próxima sessão.

Muito obrigado.”

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e quatro horas e dezanove minutos do dia dezassete de setembro de dois mil e vinte e um, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos dezassete dias de setembro de dois mil e vinte e um.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete